



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÕES DE EDUCAÇÃO E TRÂNSITO

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/03/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exposição em língua estrangeira

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – São 18h, vamos começar nossa audiência pública. Quero saudar a presença de todos, em especial, do Vereador Eli Corrêa, obrigado pela presença; a Vereadora Lidia Correa, Vereadora tanto tempo na Câmara; Natal, grande amigo; Rafael Calabria, do Idec; Geralda; Maria do Carmo Guido; Tonhão; Marly, são esses que estou vendo na tela.

Nossa audiência pública está sendo feita junto com a Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia da Câmara Municipal de São Paulo, o Presidente, Vereador Senival Moura, chegará um pouquinho atrasado. Está presente também o Vereador Faria de Sá.

Foram convidadas várias pessoas, entidades e também convidamos a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, o Metrô, a SPTrans e alguns órgãos relacionados aos transportes. Por enquanto, não temos a informação de que estarão presentes. O Metrô avisou que não poderá vir.

Mas temos aqui muitas pessoas e enquanto isso vamos falando, isso tudo será registrado. Há mais de 100 pessoas inscritas para falar, não vamos ter condições de que todos falem. Temos um teto inicial até às 20h, se for possível prorrogamos por mais meia hora, mas peço que todas as falas sejam muito breves e objetivas, dois ou três minutos, no máximo, quatro ou cinco minutos.

Inicialmente quero pedir licença a todos para dar a palavra aos dois Vereadores que estão participando, Vereadores Eli Corrêa e Faria de Sá, para uma breve saudação e fala.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Vereadora Sonaira presente.

O SR. CELSO GIANNAZI – Vereador Giannazi presente.

A SRA. SANDRA SANTANA – Vereadora Sandra Santana presente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Inicialmente fala o Vereador Eli Corrêa, depois o Vereador Faria de Sá, as Vereadoras Sonaira Fernandes e Sandra Santana e o Vereador Celso Giannazi.

A SRA. LUANA ALVES – Vereadora Luana Alves, do PSOL, presente.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Coveador Júlio Cezar de Andrade, do Quilombo Periférico, presente.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Vereador Suply presente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pensei que estavam presentes só dois ou três Vereadores, no entanto é importante a presença de todos. Vamos ter de fazer uma saudação muito breve para darmos oportunidade às pessoas que vieram para a audiência pública. Peço que falem por dois minutos, por favor.

O SR. FARIA DE SÁ – Um minuto está bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Então vamos lá, Vereador Eli Corrêa com a palavra.

O SR. ELI CORRÊA – Boa noite, Presidente, demais colegas Vereadores e a todos que participarão desse encontro, dessa *live*, pela gratuidade. Quem sabe possamos, depois de muitas discussões, reverter esse que é um dos quadros mais graves para as pessoas de idade.

Tenho aqui, rapidinho, Presidente, um depoimento: boa tarde, tenho 63 anos, uso transporte para ir ao médico fazer exames e o cancelamento do Bilhete do Idoso está me fazendo muita falta, moro no Jardim da Saúde. Outra pessoa: 63 anos, faço tratamento no Hospital São Paulo, porque infelizmente perdi minha visão por conta do diabetes, então não tenho condições de pagar condução para ir ao Hospital.

Tenho aqui, Presidente, através do rádio, coloquei que essa matéria estaria sendo discutida hoje, a suspensão da gratuidade dos idosos no transporte, então muitas, centenas de pessoas, usaria quase todo o espaço para falar das pessoas que se manifestaram. Então estamos trabalhando exatamente com algo muito sério que é a necessidade das pessoas de mais idade, pessoas doentes, que precisam de um transporte gratuito, de 60 aos 65, e não estão obtendo essa facilidade para as suas vidas.

Portanto, estou muito ansioso para que nessa discussão de hoje possamos chegar, não somente hoje, claro, hoje seria pouco, mas no final possamos, quem sabe, reverter esse quadro da gratuidade suspensa.

Obrigado, Presidente, e acompanharemos de perto toda essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado. Vereador Faria de Sá.

O SR. FARIA DE SÁ – Presidente, é uma alegria poder participar com todos os companheiros dessa luta. Dar um abraço especial no Natal Leo, que insistiu para eu viesse participar, sei da sua luta permanente e constante. É duro acreditar que nesse período da pandemia se faça um absurdo desses. Quer dizer, parece que o genocida do Planalto está chegando aqui embaixo.

A pressão do Metrô, da CPTM foi muito grande e acaba com esse absurdo nesse momento tão difícil. A Câmara Municipal tem de ter a sensibilidade e encontrar soluções e alternativas. As empresas de ônibus ganham e muito, se o Metrô e a CPTM têm problema, o Estado que assuma o problema e não venha jogar no lombo das pessoas de mais idade.

Parabéns por essa luta. Tenho certeza de que através de você, Gabriel, teremos a oportunidade de mostrar a toda essa população que está aí presente que a Câmara não está indiferente a essa situação.

Vacina Já. Vacina para todo mundo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito importante a participação dos Vereadores Eli Corrêa e Faria de Sá.

Tem a palavra a Vereadora Sonaira Fernandes.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Boa tarde a todos, uma pena que os representantes do transporte público que deveriam estar nesta audiência, para dar uma satisfação contra essa arbitrariedade que foi feita aos idosos, não podem estar presentes. Mandam um comunicado de sua ausência.

Quero reiterar o que disse o Vereador Eli Corrêa, também temos recebido demandas dos idosos, pessoas que usam o transporte público para ir ao médico ou para resolver qualquer outro tipo de coisa. Não importa para onde essas pessoas vão, o que importa é que temos de garantir o mínimo de dignidade para essas pessoas na locomoção, independente do que vão fazer. Temos de manter o mínimo de coerência nos direitos básicos,

no direito público ou da política pública direcionada a essas pessoas.

É incrível o amor arrebatador do Vereador Arnaldo Faria de Sá pelo Presidente Jair Bolsonaro. E quero pontuar, Presidente, que mandato coletivo não existe, mandato coletivo é inconstitucional. Portanto, V.Exa. precisa pontuar isso aqui nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok, Vereadora, muito obrigado. Tem a palavra a Vereadora Sandra Santana.

A SRA. SANDRA SANTANA – Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui. Tenho certeza de que é um espaço de discussão democrática, onde podemos trazer o diálogo, não só com os nossos pares aqui da Câmara Municipal, mas com a sociedade civil de um modo geral. E tenho certeza de que desta audiência pública que imagino seja a primeira de tantas outras discussões, possamos tirar boas sugestões para encaminhar ao Executivo.

Já vou me antecipar, Presidente, pedir desculpas, tenho uma audiência virtual com a Secretária Silvia Grecco, às 19h. Então um pouco antes das 19h vou sair, mas assim como todos vocês, estou à disposição para elevarmos bastante o diálogo dentro da nossa Casa chamada Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereadora Sandra. Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa noite, Presidente, senhoras, senhores, colegas Vereadores, é importante esta reunião conjunta das duas comissões para tratar desse assunto, trazendo aqui as pessoas que conhecem muito desse tema na cidade de São Paulo.

Dizer que foi um grande golpe que o Prefeito Bruno Covas deu aqui na cidade de São Paulo após a eleição, na Legislatura passada, enviando o projeto aqui escondido, um jaboti, e a base do Governo votou favoravelmente para tirar um direito constituído desde 1994, aqui na cidade de São Paulo, pelas mulheres. E ataca as pessoas que mais precisam do transporte público. A tarifa do transporte público significa muito no orçamento dessas pessoas.

Então estamos aqui, a saída para isso é um projeto de lei e até, inclusive, vou pedir a colaboração de todos e todas, uma mobilização social para mudarmos a Lei Orgânica. Temos

o projeto já para mudar a Lei Orgânica em conjunto com todos os Vereadores para que volte esse direito aqui na cidade de São Paulo para todas e todos.

Para terminar, Presidente, dizer que a Vereadora Sonaira desconhece a Constituição Federal, desconhece a legislação e a realidade. Existe sim mandato coletivo, é uma realidade no nosso país, se a Vereadora não sabe disso é melhor se informar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Celso. Tem a palavra a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa noite, pessoal. Sou a Vereadora Luana Alves, do PSOL. Eu gostaria de parabenizar o movimento de idosos, idosas, que estão indo atrás dos seus direitos. Estou vendo aqui alguns nomes: Dona Geralda, Dona Lia, que procuraram o meu mandato e vários mandatos e estão se organizando para conseguir garantir os seus direitos.

Eu reitero o que falaram alguns colegas aqui, que é uma barbaridade, um contrassenso, a atitude da Prefeitura de cortar um direito básico, ainda mais num momento de pandemia, em que os idosos já são muito vitimados tanto pela doença, como pelo desemprego, pela falta de renda. Quero lembrar que há muitos idosos e idosas que estão em insegurança alimentar na Cidade, ou seja, que estão correndo o risco de passar fome, então este não é o momento de se cortar um direito como esse; aliás, em nenhum momento.

Eu gostaria de reiterar o que falou o meu colega Celso, que seguiremos na batalha para reverter essa decisão da Prefeitura. Esse é o papel da Câmara, e fico muito feliz de ver vários Vereadores e Vereadoras, de vários campos, engajados nessa luta.

Portanto, que neste momento consigamos garantir o direito da pessoa idosa. Fico muito feliz e já estou confiante de que vamos conseguir reverter, nesta Câmara, essa atitude do Prefeito Bruno Covas.

Também aproveito para pedir aos meus colegas para que deixemos as diferenças de fora, pelo menos nesta audiência, e consiga focar no que importa: o direito dos idosos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra o Vereador Eduardo

Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Sr. Presidente, queridas Vereadoras, queridos Vereadores, primeiro eu preciso considerar que nós fomos apanhados de surpresa porque estávamos apreciando uma votação de um projeto de lei relativo a procedimentos da Subprefeitura, sem sequer o Líder do Governo ou o Presidente Milton Leite tenham nos avisado que, naquele projeto, estava também o término da gratuidade do transporte público para as pessoas de 60 a 64 anos.

Então, de pronto, nós do PT protestamos na hora que tivemos ciência disso, que foi votado sem nenhum aviso, e da parte do Partido dos Trabalhadores apresentamos um projeto de lei para novamente ficar valendo a gratuidade; também apoiamos o projeto do PSOL, que apresentou um projeto para modificar a Lei Orgânica.

Quero ressaltar que, para aprovar um projeto de transformação da Lei Orgânica, o número de Vereadores necessários é maior do que só o projeto de lei: são 37, sendo que para aprovar o projeto de lei é maioria absoluta.

O Presidente Milton Leite diz “Ah, mas isso afeta apenas as empresas, e não as pessoas”. Mas eu, por exemplo, na minha empresa, pago o transporte de pessoas nessa faixa de 60 a 64 anos. S.Exa. diz que se dermos a isenção, será para aquelas pessoas que têm mais recurso; mas eu não acho válido esse raciocínio. Por isso sou a favor de pedirmos para colocar na pauta o projeto de lei do PT, apoiado pelo PSOL; ou o projeto do PSOL, apoiado por nós do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quero esclarecer ao Vereador Suplicy que também há outros projetos. Eu mesmo fiz um projeto nesse sentido e certamente vários Vereadores fizeram. Então, eu acho que é o caso de nós discutirmos todos, conversarmos com o Líder do Governo, com o Presidente da Câmara, e fazer um projeto conjunto, como foi feito ontem com o projeto sobre a questão das vacinas.

Tem a palavra a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada a todos pelo convite. Estou feliz de estar

presente. Eu só quero informar que enviei um ofício ao Sr. Prefeito com algumas sugestões, que talvez nos ajude nesse impasse. Um deles é que as pessoas entre 60 e 64 anos completos, na data anterior à emissão da lei, fossem retiradas dessa não isenção das passagens. Dessa forma, não estaríamos retirando um benefício, enfim, esse direito que as pessoas tinham.

Também pedi que as pessoas idosas, entre 60 e 64 anos, com renda de até dois salários-mínimos, tivessem direito à isenção durante o estado de emergência em decorrência da Covid-19. Então, eu gostaria que esses dois pedidos pudessem ser contemplados pelo Sr. Prefeito nesse momento.

E quero saudar a Sra. Marly Feitosa, Presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso, que está presente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok. Para evitar polêmicas, eu deixei para falar, no fim, as pessoas que se inscreveram. Tem a palavra o Sr. Júlio Cezar de Andrade, ligado à Vereadora Elaine do Quilombo do Periférico.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Boa noite a todas, boa noite a todos. Meu nome é Júlio Cezar de Andrade, na representação do mandato coletivo Quilombo Periférico, no meu cargo de assessor, com o RF 2.381.743, e estou aqui para saudar a população idosa, dizer do nosso compromisso em defesa da gratuidade do transporte para as pessoas acima de 60 anos; em defesa de uma política municipal de transportes que seja acessível para todas e todos, em especial à população idosa que, nesse período de pandemia e de crise social e econômica, vem sustentando de forma majoritária as suas famílias.

Que esta Casa possa seguir no processo democrático, no respeito ao coletivo, uma vez que a nossa Vereadora foi eleita democraticamente. Com todo o respeito à Casa, seguimos na luta em defesa da população idosa, em defesa da gratuidade dos transportes e em defesa da vida.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Lidia Correa, ex-

Vereadora desta Casa por três mandatos.

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, pela ordem. Só para dizer que entrei agora. Vou deixar a próxima colega falar e, em seguida, eu farei uma saudação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pode falar agora, Vereador.

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar a iniciativa das doutas Comissões: a Comissão de Educação e a Comissão de Trânsito e Transporte, atendendo aos requerimentos dos movimentos da população idosa e de outros segmentos da cidade de São Paulo, e a Comissão de Saúde, sob a liderança de V.Exa.; e achamos por bem realizar esta audiência pública até para entender o problema da cidade de São Paulo, no que diz respeito à exclusão da gratuidade do idoso entre 60 e 64 anos de idade.

Sabemos que esse é um benefício que veio em 2013, na época daqueles movimentos da população na cidade de São Paulo em busca da tarifa zero, em busca de outras reivindicações. Naquela oportunidade, a população idosa da cidade de São Paulo acabou alcançando esse benefício da tarifa zero aos idosos entre 60 e 64 anos.

A gratuidade existe com base na lei de 2003 que garante a gratuidade para os idosos acima de 65 anos. E o Prefeito Fernando Haddad, naquela oportunidade, atendendo aos movimentos, garantiu isso aos idosos a partir de 60 anos. Foi uma conquista que veio naquela oportunidade.

Estranhamente, ao apagar as luzes do ano de 2020, foi aprovada na Câmara Municipal a exclusão desse benefício, ou seja, a retirada do direito.

De certa forma, quem acabou convencendo o Prefeito que isso era importante para a cidade... que no meu ponto de vista não é. Eu acho que é um desgaste desnecessário, isso não representa muita coisa para a cidade de São Paulo do ponto de vista econômico, mas representa muito para os idosos, para a população que depende dessa gratuidade para se locomover de um ponto a outro, especialmente nesse momento que nós estamos vivendo agora de pandemia, nessa dificuldade econômica, nessa dificuldade de saúde pública, em que faltam recursos para tudo, a população passando necessidade, passando fome. E aí enfrenta

mais essa exclusão social, que é a retirada desse benefício.

Eu acredito que o Prefeito Bruno Covas, até com base nesta audiência, deve repensar isso, porque, economicamente falando, isso não representa muito para o orçamento da cidade, que é de quase 70 bilhões de reais. Não são esses 60 milhões, Sr. Presidente, que vai fazer a diferença para a Prefeitura; agora, na outra ponta, vai fazer uma diferença imensa para quem necessita disso, para quem depende dessa gratuidade para se locomover. Hoje, as pessoas estão passando dificuldade do ponto de vista de alimentação. A população lutando em busca de uma cesta básica. Quando perde um benefício como esse, a situação fica muito difícil.

Então eu acredito que essa audiência pública possa trazer instrumento para garantir que o Prefeito repense essa decisão e faça com que esse benefício passe a valer novamente, seja realizado, para garantir a gratuidade para todos os idosos acima de 60 anos na cidade de São Paulo, que eu acho que é importantíssimo.

Então eu quero desejar uma ótima audiência pública. Tem os especialistas que vão falar sobre isso, do ponto de vista econômico e também do sistema de transporte a cidade. E eu tenho certeza de que os idosos também terão os representantes, para se defenderem e dizer o quanto isso é importante para eles. É isso que nós queremos, tá?

Boa audiência a todos, Sr. Presidente.

Continuo por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O Vereador Senival é presidente da Comissão de Transporte e de Trânsito. Esta audiência foi chamada em conjunto com a Comissão de Educação e a Comissão de Transporte e Trânsito, justamente em função das solicitações da sociedade. O Vereador Senival é uma peça importante nesse processo todo.

Então, Vereador Senival, eu vou continuar aqui. E assim que o senhor quiser entrar novamente, por favor, o faça.

O SR. SENIVAL MOURA – Ok. Sr. Presidente.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

É muito rápido. Eu tenho outro evento agora, e eu vou ter que deixá-los.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está certo.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Mas eu já deixei aí a minha contribuição. Obrigada a todos. Bom evento. Boa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereadora, é muito importante que os Vereadores que estão aqui e outros se sensibilizem com isso, porque, se nós conseguirmos várias forças políticas de diferentes partidos, nós temos certeza de que nós chegamos a um denominar comum. E a presença da senhora é muito importante, está bom.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu concordo. Pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos lá, então.

A Lidia Correa foi vereadora em alguns mandatos aqui na Câmara. É uma pessoa que basicamente foi uma das impulsionadoras dessa audiência pública. Eu queria passar a palavra para a Vereadora Lidia Correa.

A SRA. LIDIA CORREA – Boa noite.

Eu agradeço as palavras do Vereador Eliseu. E eu quero, em nome do movimento da gratuidade para os idosos de 60 a 65 anos, cumprimentar, primeiramente, e agradecer ao Vereador Eliseu Gabriel e ao Vereador Senival, que pronto, quando apresentamos a solicitação da audiência pública, de imediato, aceitaram e já providenciaram a realização da audiência pública que nós realizamos hoje.

Eu quero agradecer e saudar todos os Vereadores e Vereadoras que estão participando desta audiência pública. Dizer do nosso apreço pela manifestação e posicionamento de vocês, em defesa do passe livre para o idoso. E eu não poderia deixar de citar o nome dos Vereadores: a Vereadora Sandra Santana, Vereadora Sonaira, Vereadora Luana Alves, a Vereadora Cris Monteiro, o Vereador Arnaldo Faria de Sá, o Vereador Eli Corrêa, o Vereador Celso Giannazi, o Vereador “Júlio César”. Bom, acho que não me esqueci de nenhum.

O SR. ALFREDINHO – Vereador Alfredinho também.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereadora Luana.

A SRA. LIDIA CORREA – Alfredinho, caríssimo. Eu não tinha te visto. A tela aqui é pequena. Grande Alfredinho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Suplicy também, Eli Corrêa também.

A SRA. LIDIA CORREA – E o Suplicy, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Daqui a pouco dá para votar o projeto aqui mesmo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Seja bem-vinda.

A SRA. LIDIA CORREA – Ele manifestou a sua posição, registrou. E nós consideremos muito a manifestação do Vereador Suplicy.

Bom, o que nós apresentamos a vocês é essa reivindicação: para que essa lei seja revogada, alterada. Nós, pelas conversas que temos, pelas atividades que temos realizado, pelo número de entidades que participam do nosso movimento, que hoje já são mais de 200, todas entidades nacionais dos idosos aposentados, todas as centrais sindicais, muitos sindicatos, dezenas de associações de moradores, de movimento de habitação que participam do nosso movimento, em nome das conversas que nós temos tido, das visitas e audiências com deputados e vereadores, nós estamos muito confiantes de que é possível revogar essa lei, para atender os idosos da nossa cidade e da Grande São Paulo. Todos com quem temos conversado tem recebido com simpatia essa causa. E eu acho que é possível, e aí nós solicitamos a vocês: que articulem audiências com o Prefeito, com o Vice-Prefeito, com os secretários da área e das pastas afetas ao tema, para que possamos apresentar a nossa reivindicação, ou mesmo através de medida legislativa. Nós acreditamos que é possível revogar. Até porque, hoje, os idosos é o setor que mais necessita de atenção. E os idosos de 60-64 anos que utilizam transporte público são idosos que necessitam para o trabalho, para um serviço médico. E mais no que nunca precisam do nosso apoio.

Então nós deixamos essa reivindicação para vocês. E aqui, hoje, na audiência pública, vários convidados, várias personalidades e entidades vão manifestar o seu

posicionamento, o seu conhecimento, as suas informações e as suas reivindicações. Então eu reitero mais uma vez a solicitação para o empenho de vocês, que, desde o início, têm se apresentado em acordo com essa causa, e que vocês, junto aos demais Vereadores e Vereadoras, corrijam isso. É possível, é necessário e é bom. Então essa é a primeira palavra que eu deixo aqui para vocês. E vamos juntos para corrigir e fazer justiça nesse momento tão difícil.

Por último, deixar a nossa palavra em defesa da vacina já, em defesa do auxílio emergencial, que o nosso povo que tanto sofre tanto precisa nessa pandemia, e, em especial, os idosos.

Obrigada. Seguimos na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Legal. Muito bom.

Eu iria passar a palavra ao Natal, mas, como chegou o Vereador Alfredinho, Natal, daria para ouvirmos primeiro o Vereador Alfredinho?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Sr. Presidente.

Vereador Toninho Vespoli também está presente.

O SR. ALFREDINHO – Deixa ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vespoli, então dois minutos, ou três, no máximo, por favor.

Vereadores chegando. Muito importante.

Vereador Vespoli, por favor, com a palavra.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Na pessoa do Vereador Eliseu Gabriel queria saudar todos e todas que estão aqui. Eu acho muito importante essa discussão, porque foi uma votação bem atropelada, quase sem discussão, inclusive, na Câmara Municipal. Nós debatemos muito pouco esse tema, pela forma atabalhoada que foi.

E o IPEA mostra que a relação do valor da passagem, quando aumenta, boa parte dos usuários acaba não pegando o transporte público, quando há aumento da passagem. E a Rede Nova São Paulo também tem uma pesquisa pela qual 44% dos usuários de ônibus

deixam de... (Falha na transmissão) Atividades, por exemplo da área da saúde, por conta do preço da passagem.

Ou seja, essa economia que o povo fala que vai ter não significa que as pessoas vão continuar usando o transporte público. Boa parte dessas pessoas vai deixar de usar o transporte público.

E eu acho, Vereador Eliseu Gabriel, que é o momento de a gente pensar também em ampliar essa discussão. Por que não pensar em um fundo de transporte? Por que a gente não pensar – e o Governo sabe disso, que essa questão de cobrar tarifa por pessoa, por cabeça, esse tipo de coisa não tem mais sentido.

A pessoa que vai tomar o transporte não é custo. Se um ônibus carregar 20 pessoas ou 40, o custo será o mesmo. Está pagando o motorista, o combustível dos gastos do ônibus, o investimento do ônibus. Então, não é isso que conta, a quantidade de pessoas.

Então eu acho que a gente tinha de entender isso e o Governo poderia pegar essa discussão para fazermos um grande debate sobre transporte na cidade de São Paulo. Foi muito injusto o que foi feito com as pessoas de 60 até 64 anos e 11 meses, porque são as mais vulneráveis.

Às vezes a pessoa deixa de ir ao médico, deixa de procurar um emprego e numa idade em que já é difícil arrumar emprego. Além da questão da idade, ainda tem o transporte e acaba atrapalhando a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli. Quería saber se o Vereador Alfredinho quer fazer uso da palavra ou se podemos passar para o seguinte.

Vereador Alfredinho, quer falar agora?

O SR. ALFREDINHO – Vereador Eliseu Gabriel, é bem rápido. Primeiro, quero parabenizar todos vocês por essa audiência pública. Eu fui um dos que, até na Justiça, tentei anular esse artigo dessa lei que foi aprovada, que retira o direito da gratuidade para as pessoas de 60 anos.

Tivemos derrota na Justiça, não foi possível, mas continuamos na luta. Achamos uma injustiça, mas é bom lembrar que as pessoas aposentadas, na sua maioria, estão na faixa de um salário-mínimo, no máximo, três.

O transporte gratuito ajudava muito essas pessoas. Ajudava, pois agora foi retirado. É um salário baixíssimo, o aposentado gasta muito com remédio, já de cara. O número de remédios que o aposentado toma, na média, é muito. É um custo que faz falta para o aposentado, porque andar de ônibus hoje na cidade de São Paulo é um custo alto.

A Prefeitura gasta muito dinheiro subsidiando o transporte. A justificativa, quando aprovou, é que geraria uma economia, eu não me lembro do valor agora, o número que falaram que geraria na economia, mas não era algo absurdo para a cidade como São Paulo e valeria a pena. Fazer uma maldade dessas com o aposentado por conta de uma economia pequena que não influencia em nada no que a cidade arrecada.

Portanto, é importante retomarmos essa luta, porque só com um PLO para poder anular esse artigo do projeto que foi aprovado. Aqui na Câmara a gente tem o nosso linguajar, de que quando coloca algo que não está no projeto e se põe para votar, a gente chama de cavalo ou jabuti, né? (Riso)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Jabuti.

O SR. ALFREDINHO – Jabuti. E esse foi um jabuti que entrou, que não tinha nada a ver com o projeto aprovado e resolveram colocar, sem a maioria absoluta dos Vereadores saberem...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Perceberem.

O SR. ALFREDINHO – É, não perceberam. Aprovou e a gente viu que foi uma maldade muito grande. Eu estava na Liderança do PT e até declarei os votos contrários da Bancada do PT. Muitos que não declararam, constou como se tivessem votado a favor, mas na verdade não foi votação nominal.

Foi uma votação simbólica e com certeza muitos Vereadores e Vereadoras, se soubessem que tinha esse artigo fazendo essa maldade, votariam contra, com certeza, porque

muitos se manifestaram depois que souberam e disseram que, se soubessem, teriam votado contra, entendeu?

Portanto, foi um golpe para nós, Vereadores, em não sabermos que havia um artigo tão maldoso para tirar a gratuidade dos aposentados de até 60 anos.

Mas, estamos aqui à disposição, estou na Comissão do Idoso que certamente irá debater, o Eli Corrêa está comigo e o estou vendo aqui. Certamente iremos debater, viu Eli, junto com a nossa Bancada.

O SR. ELI CORRÊA – Sim, Vereador Alfredinho, um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok, Vereador Alfredinho, ótimo.

Agora, vou passar a palavra ao Sr. Natal Leo, do Sindicato dos Aposentados da UGT.

O SR. NATAL LEO – Bom, primeiro agradeço o convite por estar nesta audiência pública e vou pedir a vocês um minutinho de silêncio pela morte de um grande amigo, que estava conosco nesse trabalho e se chama Plínio Sarti. Ele encabeçou junto comigo...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu me lembro.

O SR. NATAL LEO – Peço um minutinho, vamos nos lembrar dele, pois era um grande lutador. Plínio Sarti.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está bom. Então, vamos contar um minuto de silêncio. Já estou contando.

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok, pessoal, já passou um minuto. Realmente, o Natal tem razão. O Plínio participou da primeira reunião que fizemos. Estavam o Plínio, o Tonhão, a Lidia. Realmente é uma tristeza, é uma pena que não esteja aqui vendo que a nossa luta está ganhando corpo e com certeza a Câmara vai cumprir o seu papel, não é Vereador Eli? Eu acho que vamos reverter isso.

Natal, por favor, você pode continuar a sua fala?

O SR. NATAL LEO – Posso. Obrigado pelo minuto de silêncio em nome do meu

grande amigo Plínio Sarti. Deixa-me, primeiro, me autoapresentar. Sou Natal Leo, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT e membro do Conselho Nacional da Previdência.

Como vocês falaram muito forte aqui, foi colocado um jabuti, não foi? E quem é o dono do jabuti é o Vereador que colocou. Então, eu vou fazer sete indagações a esse Vereador. A primeira delas: será que esse Vereador consultou algumas entidades representativas, por exemplo, o grande Conselho do Idoso do Município de São Paulo? Não consultou.

Esse Vereador sabe a real condição social e financeira dos afetados? Não.

O Vereador que propôs a eliminação tem alguma justificativa plausível para o ato dele?

O Vereador que propôs essa eliminação sabe que o contrato de transporte, entre a empresa de transporte, não é mais por pessoa? Não. É outro relatório novo, é um contrato novo.

O Vereador que propôs a eliminação sabe quem é o público-alvo? Você sabe quem é o público-alvo disso? Não é o aposentado não. É mulher, que de 60 a 64 anos ainda trabalha muito. Algumas são aposentadas, outras, não.

O Vereador que propôs essa proposta de eliminação sabe o impacto percentual na receita da família dos idosos? Quanto é o valor? Quanto se perde? Qual o percentual que se perde com essa eliminação na receita da família? Não é do idoso, porque muito idoso é o financiador da família.

O Vereador que propôs essa eliminação sabe para que o idoso usa isso? Sabe por que o idoso usa isso? Porque ele tem um segundo emprego. Se ele for aposentado, tem um segundo emprego para viver.

E outra, mas a pior de todas elas, será que o Vereador sabe que nós estamos numa pandemia? Que esse ato dele podia ser passado para o fim do ano, assim que acabar essa pandemia?

E outra pergunta: se ele não sabe nada disso, ele tinha que ter procurado os especialistas, as entidades. Por exemplo, eu represento o Sindicato Nacional dos Aposentados e o Conselho Nacional dos Aposentados, mas a Força Sindical, a CUT, a Nova Central, da CSB, todos os sindicatos grandes poderiam ter dado a ajuda que ele quisesse, até saber realmente o perfil desse usuário. Não é só porque é idoso, não. Usuário é na realidade quem pega o ônibus.

Poderíamos até pensar em escalonar por salário. Mas você sabe qual é a média, a faixa salarial do INSS, que eu conheço bem? O INSS, a média em São Paulo não passa de 1.500 reais, e ele gasta em torno de 350 reais de condução, já está gastando já, e isso representa 30%, 35% do seu faturamento, da sua receita familiar.

Era isso que queria dizer a vocês.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Natal Leo.

Queria passar a palavra agora para a Sra. Marly Feitosa, Presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA - Primeiramente, quero agradecer muito, Vereador, que além de ser um Vereador sempre dedicado à Educação, também foi um dos que se levantou o assunto, e também a todos os outros. O senhor já nominou a todos, e a gente agradece. E é como o senhor mesmo disse, quem sabe daqui, hoje, não sai um projeto. Os Vereadores estão aí.

Então, eu estou Presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Paulo, e fui surpreendida no dia 23 de dezembro – todos nós em nossas casas – quando saiu a publicação desse retrocesso. Não, não foi ilegal. Dentro do Estatuto do Idoso diz que a gratuidade é a partir dos 65 anos, ótimo. Só que no mesmo artigo do Estatuto do Idoso, o artigo 39 diz que as cidades, que os Estado podem legislar. Justamente, àqueles Estados que teriam alguma dificuldade, ou município, poderiam fazer uma legislação. Agora, pasmem: o Estado considerado o mais rico da União e a cidade mais rica do Estado, se eles não têm capacidade

de bancar esse, que é um legítimo benefício, nós podemos considerar como incapacidade, como ineficiência da gestão das finanças públicas.

Além de tudo – convidados, Vereadores, todos que estão aqui – eu não sei se vocês sabem, mas a cidade de São Paulo tem o selo Cidade Amiga do Idoso, tem o selo inicial, o selo intermediário e o selo pleno de Cidade Amiga do Idoso. Uma Cidade com tantas desigualdades, apesar da toda sua riqueza, os convidados que falaram na minha frente, eu, junto com eles, reforço, daí porque lá no Grande Conselho, o Grande Conselho tenta representar os mais de 1,8 milhão idosos da cidade de São Paulo, a gente tenta.

Então, quando chegam até nós essas reclamações, são pessoas que realmente moram na periferia, precisam completar sua renda e vão para um trabalho informal. O trabalho informal não paga transporte. E como o Natal falou antes de mim, significa de 350 a 400 reais por mês de sua renda. Se ele ganha um salário-mínimo, o que sobra?

Então, com muita indignação, todos nós sabemos qual foi o Vereador que apresentou, quem colocou num artigo 7º de uma lei que não tinha nada a ver com essa situação, foi uma oportunidade no apagar das luzes. E como bem falou um Vereador aqui, acho que foi o Vereador Senival Moura que disse: alguém aconselhou mal o Prefeito porque ele não ganhou nada com isso, a Cidade não ganhou nada com isso. Os cofres não vão ficar ricos, pelo contrário, é prejuízo. Segundo, é como as pessoas já falaram, e eu acompanho vocês: foi numa época de pandemia, quando aquele idoso, aposentado que, talvez esteja sendo o arrimo da família, porque os mais jovens estão desempregados ou também estão no emprego informal, e têm que pagar a sua condução.

Até aproveito agora, Vereador, para pedir o seguinte: temos uma comissão na Câmara que se chama: Comissão Extraordinária Permanente do Idoso e Assistência Social. Ela não se reúne desde 2019. Agora é uma nova Legislatura, daí as comissões todas...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Elas mudam.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – O último Presidente era o Vereador Gilberto Nascimento, e durante todo ano de 2020...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Não seria Natalini, Gilberto Natalini?

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Não, Nascimento, que foi eleito agora, ele era o Presidente, o último Presidente. Assim, eu estou abismada porque ele não se apresentou nem como Vereador para estar nos apoiando, e ele tinha sido o Presidente dessa Comissão. Tudo bem, é uma Comissão Extraordinária, mas nós já mandamos ofício para ele se manifestar, infelizmente, não se manifestou. Seria o caso dos Vereadores, por favor, falarem com o Presidente da Câmara, vamos organizar agora a Comissão Extraordinária do Idoso exatamente para tratarmos do assunto com mais carinho.

Muito obrigada a todos os Vereadores que compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O Vereador Alfredinho quer falar com você.

O SR. ALFREDINHO – É só para dizer a ela que a Comissão já está formada, o Presidente agora é o Vereador Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Ah! Então, eu vou comunicar. O Vereador Arnaldo Faria de Sá está na Presidência dessa Comissão?

O SR. ALFREDINHO – Junto comigo, com o Eli Corrêa, está também o Gilson Barreto, e após o feriado já teremos reunião.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Ótimo! Eu vou entrar em contato com vocês, através do Grande Conselho, solicitando data, calendário, e a gente vai ativar de novo. Muito obrigada, viu Vereador? Obrigada, Vereador Eliseu Gabriel e todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Uma boa notícia, não é Marly?

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Ótima notícia! É mais um espaço para brigar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sem dúvida!

Eu chamo agora o Dr. Willian Fernandes da Ouvidoria da Defensoria Pública. Está presente? (Pausa) Acho que não está, se ele entrar a gente retoma. Tem a palavra o Sr. Rafael

Calabria, do Instituto de Defesa do Consumidor, Idec.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Vereador, eu estava justamente escrevendo sobre isso. Organizei minha fala junto com a colega Carolina Guimarães, da Rede Nossa São Paulo, que creio também está na lista.

Queria pedir para ela falar antes porque vai fazer uma fala mais introdutória, para que possamos ser mais curtos, ela introduz e eu completo sua fala. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ótimo. Então, Carolina Guimarães, Rede Nossa São Paulo, por favor. (Pausa)

O SR. RAFAEL CALABRIA – Se ela não conseguir entrar, eu faço a minha fala. (Pausa) Eu vou começando, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está bom. Se depois puder mandar mensagem para ela, assim que você terminar sua fala. Tem agora a palavra Rafael Calabria, do Idec.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Estou mandando mensagem sim.

Então, no Idec, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, eu coordeno a área da mobilidade urbana, ocupo também a cadeira do Conselho Municipal de Transporte da Cidade, que atua junto à Secretaria de Transportes.

Pelo Idec, nós temos acompanhado esse assunto desde o começo, desde a surpresa que os Vereadores relataram do dia 22 para 23 de dezembro, e já começamos a nos posicionar. A mídia nos procurou à época porque acompanhamos esse assunto da tarifa e do custo, que é um assunto bem grave. No Idec nós enviamos uma nota técnica a todos os órgãos que estão questionando judicialmente a medida tomada pela Prefeitura.

Como o Vereador Alfredinho mencionou, o PT abriu uma ação de inconstitucionalidade, que é uma figura que partidos podem fazer. Alguns sindicatos abriram ação judicial, e a gente colaborou também. O Ministério Público, a Defensoria abriu também ações judiciais. E vou falar sobre alguns erros, mas muitos já foram levantados aqui nesta conversa.

A Carol, da Rede Nossa São Paulo, assim que puder vai falar mais do impacto social, mas que foi mencionado, as pessoas que deixam de usar o transporte por causa do custo da tarifa. Também, pelo mapa da desigualdade que a Rede Nossa São Paulo faz, eles têm um dado de bairros da Cidade onde a população, na média, não chega a 60 anos, então vai ter muitas pessoas nesses bairros que sequer vão usar o direito ao transporte gratuito, mesmo com 60 anos; menos ainda com 65. Com 65 tem muito mais bairros que estão nesse aspecto cortados...

(NÃO IDENTIFICADO) – Não está chegando, a gente não está ouvindo a voz do Rafael.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Não está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu pediria às pessoas que estão com o microfone ligado, por favor, não liguem, para nós conseguirmos ouvir o Rafael.

Rafael, por favor, continue sua fala.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Certo.

Então a Carol vai explicar depois esses dados da desigualdade, que é o mapa que a Rede Nossa São Paulo tem.

Eu vou me focar rapidinho agora nas questões financeiras que foram levantadas pelo Vereador Toninho Vespoli, que é bastante importante colocar.

O ponto primeiro é que, pela perda de passageiros que esse aumento vai gerar, é muito provável que a Prefeitura e a SPTrans não arrecadem valores esperados. Os idosos vão ser desestimulados, vão ser barrados de usar o transporte, então não deve chegar aos 300 milhões que eles apontaram nas ações judiciais, então é uma medida que tende muito a ser inócua. E um valor também, como foi apontado aqui, muito pequeno perante o tamanho do custo do subsídio, do custo total do transporte coletivo na Cidade.

Além disso, também foi mencionado aqui e é um tema extremamente importante, o ponto positivo do novo contrato de ônibus que a Cidade assinou no dia 6 de setembro de 2019, faz um ano e meio mais ou menos, é o pagamento por custo. O que isso quer dizer? Hoje a

SPTrans paga as empresas concessionárias, que a Cidade tem as áreas da SPTrans, cada uma com algumas empresas, locais, estruturais, a SPTrans paga essas empresas por passageiro ainda hoje. Cada passageiro tem um valor calculado e isso gera o montante do recurso que a empresa recebe de tarifa e de subsídio somados.

Na nossa visão e na de vários outros especialistas, isso estimula a lotação do ônibus, porque o empresário tende a reduzir a frota para arrecadar mais receita e economizar dinheiro. Isso leva também ao descumprimento de partida, a atrasos, falta de horário, então é um indutor de má qualidade. E o pagamento por custo, por outro lado, vai estimular uma qualidade maior, vai pagar o veículo rodando para que a Cidade tenha o serviço disponível com uma frequência muito melhor.

Então é um ponto absolutamente excelente do novo contrato de ônibus, que tem algumas falhas, mas esse é um ponto muito bom. Outras cidades estão copiando e o Idec tem debatido muito para que mais cidades copiem essa ideia. Campinas já está com o edital em consulta com esse novo termo. O Rio está querendo ajustar o contrato deles. Então é um ponto positivo.

Esse ponto também leva a uma conclusão de que se torna mais ainda inócua essa medida, se torna indiferente para o sistema de transporte quantas pessoas gratuitas tem no sistema, porque não vai mais impactar a remuneração do empresário diretamente, não vai mais impactar diretamente o subsídio também. Então a Prefeitura está fazendo um mau uso do sistema que o contrato prevê e que dá até quatro anos para ser adotado. A Prefeitura precisa fazer o centro de controle operacional. Então, na nossa visão, é um uso muito equivocado, uma medida muito equivocada – eu falei da injustiça – a ser adotada.

Queria, por fim, colocar que o Idec está denunciando a forma como foi aprovado esse jabuti de última hora, que já foi derrubado em outros temas, em outras oportunidades, pelo Tribunal de Justiça apontando a ilegalidade. Então, além da contribuição que o Idec fez no passado para ações judiciais, no último mês, devemos também, nos próximos meses, ingressar algumas ações para tentar que as ações judiciais tenham soluções mais rápidas e a gente

consiga reduzir esse impacto negativo para os usuários, porque até a ação judicial sair pode ser que o processo continue em pé, impactando negativamente os cidadãos.

Então esperamos acelerar um pouco o processo judicial, mas contamos também com a Câmara para promover o debate num espaço importantíssimo de debate. É importante ver aqui vereadores de vários matizes ideológicos para se atentar à gravidade desse erro, dessa falha que a Prefeitura cometeu. Enfim, estamos à disposição para o debate, para esclarecer dúvidas e contribuir com a discussão dessa medida.

Obrigado, vereadores pelo espaço. Parabéns à Comissão pela audiência pública realizada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok, Rafael. Vamos chamar agora...

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Presidente Eliseu (ininteligível) rapidamente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pois não, Vereadora.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Eu terei que me ausentar, porque vou participar de outra reunião, mas quero me colocar inteiramente à disposição da comissão dos Idosos, dos idosos e seus direitos; no que precisarem, eu estou de peito aberto, de coração aberto para atender os senhores.

Uma boa tarde e que Deus abençoe todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito Bom, Vereadora Sonaira. Ótimo, ótimo, ótimo. Muito importante a presença da Vereadora Sonaira. Ela vai ter de sair, mas ótimo, já participou, deu aqui seu depoimento. Muito bom.

Quero chamar agora a Carolina Guimarães, da Rede Nossa São Paulo. Carolina, por favor.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. CAROLINA GUIMARÃES – Obrigada. Boa noite.

Eu queria corroborar várias falas feitas anteriormente. Acho que as eleições mostraram que a gente tem... (Falha na transmissão.) ...São Paulo muito complexo, porque

teve muitos votos nulos, muitas pessoas que não foram votar.

A pesquisa de qualidade de vida da Rede Nossa São Paulo mostra como o cidadão está distante... (Falha na transmissão.) Então momentos como este em que se aumenta salário e passam jabutis não fortalecem a transparência e o processo democrático e a relação entre o Executivo e o Legislativo. Isso é muito problemático e aconteceu logo depois da eleição do Prefeito e ele tem que entender que está já num cenário de pandemia e um cenário em que ele não tem grande popularidade também e a ideia sempre foi de trazer aliados conjuntos e trabalhar nesse centro que ele reforçou tanto. Eu acho que isso é muito complicado e passar especialmente via decreto.

Depois eu queria... nesse final um pouco da fala que o Calabria trouxe, porque a gente faz essa pesquisa de mobilidade já faz mais de dez anos, é uma pesquisa de percepção que a gente faz com os nossos parceiros do Ibope. E a gente sempre pergunta sobre o desafio da tarifa porque eu acho que isso é muito preocupante. Para algumas pessoas um aumento de dez ou trinta centavos não faz muita diferença, mas para muitas fez muita diferença.

A gente tem visto através de dados como isso ocupa uma porcentagem bastante grande na renda de pessoas, especialmente pessoas das faixas D e E. E a nossa pesquisa mostra que em 2020, 44% deixam de fazer coisas por causa da tarifa. Então eu acho que quando a gente pensa em mobilidade, tem que pensar em direito e tem que pensar que é fim e meio. A mobilidade é um meio para você acessar outros direitos.

E eu acho que a gente fala muito aqui sobre “ah, de repente vamos fazer uma proposta para aqueles... (Falha na transmissão.) ...com saúde conseguiriam chegar. Mas, assim, o de 60 a 65 anos não é só saúde, é qualidade de vida como um todo, então acho que isso é muito importante reforçar.

E como o Calabria mesmo disse, a gente tem o mapa da desigualdade onde a gente olha os 92 distritos e a gente vê que a idade média a morrer (*sic*) é mais baixa especialmente em distritos mais vulneráveis. Infelizmente, na nossa situação no Brasil, quem usa transporte público infelizmente são as classes mais baixas, que não deveria ser assim esse

modelo, a gente deveria cada vez mais fomentar mais o uso do transporte público como... (Falha na transmissão.) ...também da mobilidade... (Falha na transmissão.) ...bicicleta e o pedestre, que a gente teria de uma maneira geral melhor. Então a gente está também tirando direitos das pessoas mais vulneráveis.

Então eu acho que... (Falha na transmissão.) ...contribui com o que foi posto aqui... (Falha na transmissão.) ...transparência e com a falta de um processo democrático, especialmente no contexto que a gente vive. Então eu sei que muitos PLs já avançaram em algumas medidas e a Rede Nossa São Paulo, assim também com o Idec e outras... (Falha na transmissão.) ...aqui, a sociedade civil, querem construir junto com o Legislativo para fortalecer essa mudança. A gente realmente espera que haja alguma mudança nesse contexto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Carolina, da Rede Nossa São Paulo, importante entidade que participa dessa mobilização.

Agora eu queria dizer para vocês que nós temos aqui uma longa lista de inscritos. Então eu vou chamar os inscritos pela ordem que eu tenho aqui e vamos tentar todo mundo ser bem conciso. Quando chegar mais ou menos oito horas a gente avalia o que faz, se continua mais um pouco ou não. Mas é preciso dar um tempo final para a gente dizer: Bom, a partir daqui vamos fazer o quê? A gente precisa pensar nisso.

Quero passar agora a palavra para o Mauro Alves da Silva, participante do Grêmio SER Sudeste.

A SRA. LIDIA CORREA - Vereador Eliseu, é a Lidia, eu falei com o Willian, ele estaria entrando. Eu não consigo ver se ele está na sala.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está sim. O Willian precisa falar. Mas antes disso ainda tem o Tonhão. Esqueci o Tonhão.

A SRA. LIDIA CORREA - Tem o Willian e tem o Tonhão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Isso mesmo. Eu fiz um risco a mais aqui. Vamos chamar o Willian Fernandes.

O SR. WILLIAN FERNANDES – Tudo bem, Vereador Eliseu?

A SRA. LIDIA CORREA - Willian, só um parêntese. Eu queria registrar que o Willian acabou de ser eleito para o Conselho Nacional de Ouvidoria Pública, por unanimidade. Quero aproveitar e fazer uma saudação especial.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Que bacana.

O SR. WILLIAN FERNANDES – Obrigado. Agradeço à Lidia pela lembrança. A Lidia é uma parceira. Também faço um cumprimento especial ao Vereador Eduardo Suplicy, Líder da Bancada do PT, aos que me aparecem aqui na tela e, nas pessoas dos Vereadores Eliseu Gabriel e Eduardo Suplicy, cumprimento as Vereadoras e Vereadores presentes.

Eu queria, na verdade, trazer o apoio ao Movimento 60+, em nome do Conselho Nacional de Ouvidoria, também da Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo.

Reforçar aqui que entendemos que direito ao transporte é um direito social, portanto, não comporta retrocesso. Qualquer tipo de medida, em política pública, que implique obstacularização e restrição a direito de transporte, ainda que seja na tarifa, entendemos que fere o Tratado Internacional, que disciplina direitos econômicos, sociais e culturais e que, portanto, não poderia ser uma medida aplicável, inclusive, com a possibilidade de reversão judicial.

Entendemos também, que a solução encontrada fere uma camada que está em situação de extrema vulnerabilidade, especialmente neste momento de pandemia. Há vários estudos, inclusive, do IPEA, que apontam nesse sentido.

Quando eu entrei na sala, uma colega estava no meio de sua fala fazendo referência aos idosos que estão no extremo da Cidade como sendo as pessoas que mais precisam de transporte público. Os idosos, em situação de vulnerabilidade social, a exemplo dos que estão no extremo da Cidade, são pessoas que morrem mais cedo. Não têm acesso ao direito na Cidade, assim como têm as pessoas que estão nas regiões mais centrais.

Essa medida fundamentalmente vai afetar as pessoas que mais precisam de transporte público.

Na verdade, em rápidas palavras, seguindo a orientação do Vereador Eliseu Gabriel, trago a nossa indignação em relação à medida que foi proposta. Em resumo, entendemos que afeta Tratado Internacional, portanto, não poderia, porque se configura um retrocesso à política social.

Por fim, entendemos que seria possível encontrar uma medida que, no Direito Administrativo, a gente chama de atender ao princípio da razoabilidade. É possível encontrar soluções que sejam menos gravosas à população e que atendam aos anseios da Administração Pública também.

Muito obrigado pelo espaço aberto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O Dr. Willian Fernandes é da Ouvidoria da Defensoria Pública. É muito importante a participação do senhor.

Passo a palavra ao Tonhão, que é do Movimento 60+, da Federação das Associações Comunitárias de São Paulo.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA (TONHÃO) – Boa noite a todos e a todas. Eu já considero a nossa audiência pública vitoriosa. A gente tem nesta participação 12 Vereadores presentes nesta nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – São de diferentes partidos.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA (TONHÃO) – Sim, de diferentes partidos. Achei que teríamos três ou quatro Vereadores, estou positivamente surpreso com essa participação. Isso demonstra preocupação e responsabilidade de, praticamente, ¼ de todos os Vereadores.

É extremamente importante nesta audiência pública que acontece, neste momento, em meio a uma grave pandemia no mundo.

Quero dizer que as dificuldades que essa lei trouxe para os idosos – a lei é municipal, só que é municipal e estadual – é algo muito grave, porque isso dificulta uma parcela dos idosos e afeta o seu acesso à saúde.

As pessoas acham que é só não poder pegar o ônibus porque não têm dinheiro,

mas não é simplesmente a pessoa deixar de ir buscar um medicamento, de fazer um exame, uma terapia, deixar de fazer as consultas, mas estamos limitando o direito da saúde ao idoso, não apenas ao transporte.

Pesquisas mostram que um número grande de idosos vai ficar desempregado, porque os empregadores informais não garantem o direito do transporte do idoso, uma vez que não há registro em carteira. A grande maioria dos idosos vive de trabalho informal.

Há impedimento do direito concreto de ir e vir. Eles ficam limitados também a visitar um parente, um amigo, a ter direito ao lazer. Enfim, o idoso tem o direito de ir aonde quiser. Não seria só para ir ao médico, a vida do idoso não se resume somente na ida ao médico. Ele tem direito a outras coisas que todas as pessoas têm.

Também prejudica a família, pelo fato de eles serem arrimo de família, na maioria dos casos, porque deles é a única renda garantida num mar de desempregados. O idoso é o único na família, muitas vezes, que garante o sustento.

Também, essa lei, atinge, sobretudo aos idosos mais pobres. Não atinge o idoso de classe média e o rico. Não é igual. A pesquisa da Nossa São Paulo diz que a expectativa de vida dos idosos num bairro de periferia e num bairro de classe média alta pode chegar a mais de 20 anos de diferença.

Portanto, está sendo atingida uma população de muitos que sequer vão atingir a idade mínima de aposentadoria. Não são nem aposentados ainda. Não estamos falando de aposentados. Falamos dos que não se aposentaram e talvez nem vão se aposentar, estão entre 60 e 65 anos.

Acho que essa traquinagem – no mínimo – dos Vereadores que botaram um projeto em votação nas vésperas do Natal. O senhor aqui, é bom também dar nome aos bois: Fabio Riva, que foi quem fez a manobra de colocar esse jabuti numa outra lei que não tinha nada a ver com isso. Também o Vereador Milton Leite, Presidente da Câmara que aceitou colocar isso em votação.

Deveria ele, como chefe do Legislativo, perceber isso e dizer: Não, isso é uma

coisa e isso é outra coisa. Mas também, infelizmente, participou disso.

Creio que agora a gente tem sentido, por parte dos Vereadores, na grande maioria, sensibilidade com esse tema.

A nossa opinião, do Movimento 60+Gratuidade, é para que consigamos juntar todos esses projetos, que são muitos. Há projetos da Bancada do Psol, do PT, dos Vereadores Professor Toninho Vespoli, Sandra Tadeu, Eliseu Gabriel, Celso Giannazi, Erika Hilton, são cinco ou seis projetos que nós poderíamos tentar trabalhar unificando todos. São projetos suprapartidários, ou seja, não vai ter inimigo, não vai...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – São de todos os Vereadores.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA (TONHÃO) – Está todo mundo em prol dos idosos de São Paulo.

Esse é o nosso apelo para os Srs. Vereadores que têm responsabilidade, que estão na casa do povo, representando o nosso povo, dando essa resposta e corrigir o erro do Prefeito Bruno Covas.

Andei conversando com idosos, nessa nossa luta peguei abaixo assinado na periferia, nas associações de moradores, eu ouvi tantas palavras dos idosos sobre o projeto, chamando de imoral, cruel, desnecessário, injusto, economia irrisória, desumano, covarde. Uma trapaça na forma como foi aprovado.

Sei que há pessoas ligadas ao Bruno Covas que estão observando esta audiência pública, mesmo porque ela é pública, mas quero apelar para outros sentimentos do Prefeito, para que ele use do arrependimento. cremos que todo mundo erra, mas a gente não tem de ter vergonha de corrigir o nosso erro, de se arrepender. Não é demérito para ninguém demonstrar mais humanidade, consciência, justiça, compreensão, empatia.

Lembrar do legado do seu avô. O Mário Covas poderia ter muitos problemas, mas as pessoas com as quais eu converso falam do carinho que ele tinha pelos idosos, pelos mais velhos. Havia respeito.

Então a gente apela para que o Sr. Bruno Covas tenha esses valores, esses

sentimentos e talvez revogasse, nem precisasse fazer isso na Câmara, que ele tivesse essa consciência a ente apela para isso.

Mas se não tiver, a gente vai contar com os Vereadores aqui, com a Comissão do Idoso e Assistência Social, composta por muitos que estão aqui como os Vereadores Alfredinho, Eliseu Gabriel, Eli Corrêa, Faria de Sá, Gilson Barreto, com quem tenho uma excelente relação.

Eu acho que a gente tem de ir buscar os meios legislativos para reverter isso. A gente confia nesta Câmara Municipal.

Muito grato por esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, Tonhão. Agora, eu quero perguntar para a Lidia se esqueci de alguém. Acho que não, não é? Estava aqui, na ordem, e peguei a ordem errada. Então...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pois não.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Quero fazer uma pergunta. Há um consenso. Acho que todos os Vereadores que estiveram presentes hoje são a favor de que possamos votar novamente esse projeto o quanto antes. Então, avalio que seja importante que concluamos nesta reunião um manifesto, uma carta ao Presidente Milton Leite, dizendo que é muito grande o número de Vereadores que querem que este projeto seja apreciado e votado proximamente – se possível, em abril. Acho que essa é uma decisão consensual desta reunião. Infelizmente, eu vou ter de me ausentar por outro compromisso, mas eu quero deixar esta sugestão e eu estou pronto a assiná-la. Está bem?

Muito obrigado. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado. É muito importante a sua participação, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Quero, então, agora, retomar o que eu estava falando. Eu havia dito, agora, há pouco, que nós temos muitos inscritos. Então, como eu falei, pretendíamos ir até as 8h.

Quando chegar às 8h, avaliamos. Quer dizer, nem todos vão poder falar. Estão, aqui, na ordem. Eu vou chamando os que se inscreveram na comissão e, se a pessoa não estiver presente, passamos para a seguinte.

Então, o primeiro inscrito é o Sr. Mauro Alves da Silva, do Grêmio SER Sudeste. Mauro Alves da Silva? (Pausa) Não está presente. A segunda é a Sra. Selma Moraes do Prado, participante da sociedade civil. Eu a estou vendo na tela. Pode falar.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Boa noite, Vereador. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sempre lembramos todos que falaram de ficar entre dois e três minutos, no máximo, para mais pessoas poderem falar. Está bom? Tem a palavra a Sra. Selma Moraes do Prado, por favor.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Está bom. Boa noite. O senhor está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bem.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Ah, que bom! Ótimo! Bom, aqui é a Prof. Selma Prado. O senhor me conhece, aí, da Câmara Municipal, e o Prof. Suplicy, também. Infelizmente, eu não estou na Casa, mas eu tenho acompanhado o trabalho de vocês. Primeiramente, dou os parabéns por todo o trabalho que tem sido feito, em termos de vacina e apoio ao Executivo. Vereador Alfredinho, boa noite, também.

Eu trouxe alguns dados que tornam essa situação um pouco preocupante. Quando nós tratamos de uma questão como essa, nós temos um tecnocrata, lá, na Prefeitura, que vai analisar números. Ele não vê o usuário do transporte público como uma pessoa que tem problemas de saúde, que mora na periferia, que está sustentando uma família. Ele pensa em números. Pensando em números, entre 2000 e 2020, em 2000 a expectativa de vida da população brasileira média era de 66 anos. Nós chegamos, agora, em 2020, a 76 anos. É isso o que ele pensa. Quanto tempo essa pessoa vai ficar sem pagar pelo transporte público?

Então, eu, por exemplo, fui uma das pessoas que fui atingida por isso. Eu tenho 62 anos. Do dia para a noite, eu simplesmente perdi o direito, sem ter nenhuma defesa. No Estado

de São Paulo, há uma tendência de a expectativa de vida geral – porque essa pessoa pensa de maneira genérica – chegar a mais ou menos 78 anos. Então, o que é que ele pensa? Se eu dou a gratuidade a partir dos 60 anos, a Prefeitura vai ter de arcar com 18 anos, em média, de transporte gratuito para esse cidadão, que pode ultrapassar, inclusive, metade do período de contribuição dele, com relação à aposentadoria, com 35 anos de trabalho, por exemplo.

Outra coisa que é muito importante é que a elevação da expectativa de vida vai interferir, sim, no futuro, tanto na Previdência quanto nas normas do governo federal. Há uma tendência, puxando esse valor – sair dos 65 para os 67, para os 68. Ou seja, se o Município tomar como base a legislação federal, existem inúmeras pessoas que talvez nunca mais alcancem essa gratuidade.

Então, é muito importante pensar nisso, não só em função da pandemia, como de queda de renda. A queda de renda interfere diretamente na expectativa de vida, também, na medida em que diminui o acesso da população à Saúde, à alimentação, a uma boa condição de vida. Isso vai interferir, sim, também, na expectativa de vida da população, sendo que muita gente que, neste ano, por exemplo, seria beneficiada aos 70 anos de idade não será mais e, se nós continuarmos, ainda, nessa espiral de pandemia, de problemas sociais, de fome, que vem aumentando no Brasil, talvez essa pessoa nunca mais alcance isso.

Todas as liminares que entraram contra esse projeto perderam, porque ele foi pautado em lei federal. Eu não acredito, sinceramente, que a Prefeitura venha a se demover ou a se sensibilizar. O Vereador Antonio Donato cansou de dizer que a Prefeitura tem recurso. Falou, desde o início do ano até agora, que a Prefeitura tem recurso. Então, talvez devêssemos pensar em alternativas. Não vai dar, de jeito nenhum, para deixar voltar a gratuidade, mas pensemos, pelo menos, em uma redução de 50% nessa tarifa. Talvez seja uma alternativa negociável junto à Prefeitura. Era isso o que eu gostaria de falar.

O SR. FRANCISCO – O que é isso? É loucura.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Não, eu sei que não é uma alternativa.

O SR. FRANCISCO – Isso é uma loucura.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Calma!

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – É o Sr. Francisco que está falando?

O SR. FRANCISCO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Por favor, feche o microfone, porque uma pessoa está falando.

O SR. FRANCISCO – Desculpe-me, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Por favor, é lógico que ela está dando uma opinião. Vamos ouvir.

O SR. FRANCISCO – Está bom. O microfone vai estar fechado.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Não, não é nem uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Por favor, vamos fechar o microfone e deixar cada... Quem estiver falando, está com o microfone aberto. Por favor, os demais fechem o microfone. Senão, não conseguimos conversar. Se estivéssemos em uma reunião presencial, aí, tudo bem, um fala e não sei o quê, mas, aqui, no vídeo, se um fala e o outro fala, impossibilita-se qualquer tipo de conversa. Então, insisto para que a pessoa espere as pessoas terminarem. Temos uma lista, aqui. Todo mundo vai falar. Ela está dando uma opinião. Há várias pessoas com outras opiniões.

Vamos lá, então, Sra. Selma. Continue, por favor. Seu tempo já está se esgotando.

A SRA. SELMA MORAES DO PRADO – Eu já estou encerrando, Vereador. O que eu estou deixando claro é que, se a Prefeitura não se demover desse bendito jabuti, que foi uma covardia... Eu estou dizendo: eu fui atingida, certo? Talvez haja a necessidade de se pensar em uma alternativa, em uma negociação, lá, na frente, certo? Aí, pensar-se-ia em, sei lá, negociar com a Prefeitura, que seja 50% ou 70%. Eu não sei, está certo? Porém, têm de se colocar todas as cartas na mesa. Senão, fica a Prefeitura dizendo que não vai permitir mais a gratuidade e, se ninguém da sociedade civil levar uma alternativa, nós vamos ficar parados no meio do caminho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Sra. Selma. A próxima inscrita é a Sra. Cícera Torquato, também munícipe. Sra. Cícera?

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – Vereador Eliseu Gabriel, eu poderia fazer uma pergunta, só?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quem está falando?

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – É Lúcio Gregório.

A SRA. CÍCERA TORQUATO – Boa noite, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Espere, aí, um pouquinho, Sra. Cícera. O Sr. Daniel de Gregório... Por favor, bem rápido, Sr. Daniel.

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – Na verdade, não é Daniel. Eu estou aqui, no computador da minha filha.

A SRA. CÍCERA TORQUATO – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu peço para a Sra. Cícera esperar um pouquinho, porque o Sr. Daniel... É Sr. Daniel que está falando?

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – Não, não é Daniel. É Lúcio Gregório que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ah, Lúcio Gregório! Está escrito “Daniel”, aqui.

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – É, porque eu estou na casa de minha filha. Eu só queria lhe fazer uma pergunta, Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pois não.

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – Na lista que o senhor tem, aí, a minha colocação é muito adiante? Eu quero saber, porque eu tenho outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu não sei, Sr. Lúcio. É que há tantas páginas, aqui, mas o senhor deve ser o quinto.

O SR. LÚCIO GREGÓRIO – Agora? Está ok. Eu aguardo.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos, agora, passar a palavra para a Sra. Cícera, por favor.

A SRA. CÍCERA TORQUATO – Boa noite. Quero parabenizar os que estão aí, nessa luta. Nós, que temos a idade de mais de 60, sabemos da necessidade dessa gratuidade. Eu fico muito triste. Nesses dias, mesmo, que eu tenho saído, às vezes, eu encontro, aqui, no Jardim São Luís, que... Moramos em um lugar que é cheio de morro, onde esses idosos precisam dessa gratuidade, porque agora, encontramos no caminho muitos idosos com falta de ar, na metade da ladeira. Muitos deles passam decepção dentro dos ônibus, das peruas, porque o cobrador manda descer. Eles não podem mais usar o transporte coletivo de graça, têm de pagar. A renda dessas pessoas é de um salário. Eles não têm dinheiro para descer na feira, pagar a condução; ir ao posto de saúde, pagar uma lotação; ir à farmácia, pagar uma condução. O bairro não oferece nenhuma segurança para os idosos estarem subindo e descendo ladeira a pé, andando 10, 15, 20 minutos. Estamos nessa luta, porque sabemos que a necessidade é grande. A necessidade da gratuidade é tão grande, quanto o arroz e o feijão na mesa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Sra. Cícera. Sua colocação foi muito decisiva. Impressionante. A próxima oradora é a Sra. Socorro, da Associação Nosso Sonho. (Pausa) Ausente. Sra. Eva Betini. (Pausa) Ausente. Sr. Wagner Fajardo, participante do Sindicato dos Metroviários do Estado de São Paulo. (Pausa)

O SR. FLÁVIO GODOY - Sr. Presidente, vou falar em nome do Wagner, do Sindicato dos Metroviários.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Com a palavra o Sr. Flávio Godoy.

O SR. FLÁVIO GODOY - Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar todos os parlamentares presentes, em nome do Presidente, Vereador Eliseu Gabriel; cumprimentar todas as mulheres presentes, na pessoa da Sra. Lidia Correa.

Companheiros e companheiras, estamos aqui nessa luta porque acreditamos que essa foi uma decisão injusta. Gostaria de ressaltar aqui, não sendo repetitivo, concordo plenamente com todos que me antecederam, o grau de unidade dessa ampla frente, que está sendo formada por essa causa justa que estamos defendendo, que é exatamente igual.

Essa unidade, e essa ampla frente está sendo formada de todas as entidades representativas: parlamentares, movimentos populares, partidos políticos, centrais sindicais, sindicatos e outras entidades que, inclusive, já se manifestaram e é fundamental para que possamos sensibilizar vereadores que continuam com a opinião de que deve permanecer o corte dessa gratuidade, como também o próprio Prefeito. Que consigamos sensibilizar em tempos de pandemia, onde a saúde está em primeiro lugar e os idosos são os mais prejudicados, principalmente, os idosos acima de 60 anos, onde os rendimentos são baixos ou não tem nenhum rendimento, principalmente, mulheres.

Estamos nessa batalha e na defesa do SUS, da ciência e de vacinação para todos, inclusive, pedindo apoio dos Srs. Vereadores, porque na última decisão do Governo, priorizou algumas categorias que são fundamentais para tomar a vacina, mas deixou de fora os profissionais do setor de transporte, que não parou nenhum minuto nessa pandemia, pelo contrário, estão trabalhando muito mais e estão sendo infectados, inclusive, estão morrendo alguns companheiros e companheiras, tanto de ônibus, como do metrô, da CPTM. Acho fundamental a vacina para todos. E ressaltar, mais uma vez, a nossa unidade, essa ampla frente é que vai conseguir rever ou revogar essa injustiça que foi cometida da não gratuidade às pessoas acima de 60 anos.

Um grande abraço. Boa noite a todos, e continuamos juntos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Muito obrigado Godoy. Próxima oradora, Tamisa de Oliveira Gomes, do Jardim Celeste. (Pausa) Ausente. Nélia Maria de Souza, do Grupo de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Coletivo Voluntário. (Pausa) Ausente.

Lúcio Gregori, por favor.

O SR. LÚCIO GREGORI - Boa tarde a todos, principalmente ao Vereador Eliseu Gabriel, que está dirigindo essa *live*. Vou fazer uma consideração breve, direta, que é o seguinte: afinal de contas do que estamos falando? De uma economia necessária para a Prefeitura face aos gastos que ela faz no sistema de transportes? Vamos lá. Em janeiro de 2020, a Prefeitura gastava com uma frota de ônibus operando normalmente 630 milhões, em janeiro de 2020. Em dezembro de 2020, no final do ano, com cerca de 10 a 15% da frota parada, ela gastou 700 milhões de reais. Ou seja, menos ônibus na rua, gastou mais.

Segundo lugar: ela remunera - remunerava, não sei se ainda está remunerando -, mas até alguns dias atrás, remunerava frota parada. A frota que estava na garagem, ela pagava para os proprietários das empresas, e mais, pagava esse valor com a remuneração de capital devido em contrato da ordem da 9%, ou seja, desses 700 milhões que ela pagou no mês de dezembro, 70 milhões foi lucro das empresas para ter ônibus parado na garagem.

Diante disso, senhoras e senhores, não estamos falando de um pequeno erro, um equívoco ou alguma coisa do tipo que tenha ocorrido entre aqueles que aprovaram o jabuti e aquele que sancionou essa parte da lei e a colocou em execução, que é o Prefeito da cidade São Paulo. Esses dados que citei estão disponíveis no *site* da SPTrans - para que não haja dúvida.

Então o que estamos falando aqui é o seguinte: se você é proprietário de empresa de ônibus, você tem cerca de 70 milhões de reais de lucro líquido mensal, livre de impostos de qualquer outra forma. Como são 32 empresas, cerca de - se fosse uniforme - 2 milhões e

pouco de receita mensal para ter ônibus parado na garagem, em alguns casos. Seja ônibus parado ou andando, está garantido esse valor.

Então é isso que nós estamos falando, senhoras e senhores. Não se trata apenas de um pequeno ajuste ou um jabutizinho qualquer. Tem coisa pesada aí. É uma vergonha que no século XXI, no ano de 2020, com pandemia, ônibus parado seja remunerado com taxa de lucro. Isso chama-se vergonha. Não tem outro nome, desculpem a franqueza. É disso que se trata. O que está em disputa é isso: é dinheiro da Prefeitura, que ou vai para a gratuidade do idoso e mais ainda, outras gratuidades que são necessárias - essa é outra discussão - ou fica na mão de empresários para ter ônibus parado na garagem, eventualmente. Nem entro no mérito de várias outras considerações a respeito de motoristas ou cobradores, como foi colocado agora, mas a verdade é isso que se deveria discutir, afinal de contas para onde se dirige o dinheiro da Prefeitura? Para empresários de ônibus? Fica a pergunta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Lúcio. É impressionante o seu depoimento. Próxima oradora, Luciane Karen Gonçalves, munícipe. (Pausa) Ausente. Natália Chaves de Oliveira, da Bancada Feminista do PSOL. (Pausa) Ausente.

O SR. LÚCIO GREGORI - Vereador Eliseu, eu vou ficar mais um pouquinho, depois vou ter que me retirar. Fico à disposição dos senhores para qualquer dúvida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Claro. Precisamos do contato do senhor. Próximo orador, João Moreirão, participante da Conselho Participativo Municipal Casa Verde, Vila Nova Cachoeirinha.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, sou do Conselho Participativo Municipal, região administrativa Casa Verde/Limão/Cachoeirinha. Bom, depois dos excelentes dados já apresentados aqui, eu gostaria de entrar no aspecto mais...menos matemático, digamos assim, que foi impressionante, inclusive esses últimos números. Reparem, eu tenho 63, quase 64 anos, eu fui atingido por essa medida também. Eu

tomo sete medicamentos diários de uso contínuo que nunca acho no posto de saúde. Tenho que comprá-los na farmácia. Eu gasto mais de ônibus do que de medicamento. Essa é a realidade. Então, pelo Conselho, eu vejo as pessoas desesperadas, que não conseguem ir ao posto de saúde, não conseguem visitar a família, não conseguem absolutamente nada e não conseguem arrumar o famoso bico porque não tem trabalho formal, porque não tem como pegar o ônibus e procurarem. Ficam ali uns e outros, catando um papelãozinho, alguma coisa, e nós ficamos nessa situação em que fizemos uma mobilização para distribuição de cestas básicas e os moradores da periferia falaram para não trazer cestas básicas, para levar marmitta pronta, porque eles não têm mais como cozinhar, não têm dinheiro comprar gás, não têm mais fogão, já que foi vendido para poderem comer, essa é a realidade.

Hoje, nós estamos distribuindo, na região do Córrego do Bispo, 170 marmittas diárias, agora. Começou dia 22 e vai até dia 31 de maio porque as pessoas preferem a marmitta à cesta básica, porque assim podem comer, e com a cesta básica não comem. Então, nós estamos vivendo essa situação e o que acontece? Acontece o jabuti, acontece um discurso permanente de que nunca tem dinheiro, engraçado nunca tem dinheiro para atender nada do povo e sobra dinheiro para um monte de coisas. Mas para o povo não tem, não tem para moradia, não tem para transporte, não tem para postos de saúde para contratar. Tudo que é para servir ao povo não existe dinheiro, é sempre o mesmo discurso, mas a Cidade é rica, a Cidade de São Paulo tem uma população equivalente à de Portugal e tem o mesmo PIB, em números redondos. É só olhar os dados internacionais do Banco Mundial, em dólar, tem o mesmo PIB e mais ou menos a mesma população, e não consegue ter dinheiro para atender os idosos?

A realidade é que fica parecendo que o Ricardo Salles é um grande mestre de um monte de gente, todo mundo passando a boiada. Essa é a sensação que a sociedade tem: chega na véspera de Natal, passa boiada; chega não sei quando, passa a boiada. E mais, até GCM anda passando a boiada em despejos, como aconteceu hoje, na favela do Sapo. Com

uma ordem de ir lá recolher material, uma ação de zeladoria, aproveitaram e despejaram um monte de gente, derrubaram os barracos das famílias. Então, está todo mundo passando a boiada. Estou levantando esta questão.

Eu acho que o retorno dessa gratuidade é essencial, é urgente. Na periferia as pessoas estão deixando de ir ao médico, extremamente necessário, pessoas com problemas graves, que acabam tendo de ir para o hospital e fazendo cirurgia de prótese de fêmur porque não conseguiram ter tratamento. Porque não conseguiram ir ao médico. E aqui tem várias senhoras, e elas sabem que a partir dos 60 anos, toda hora tem senhoras quebrando o fêmur, isso tem sido recorrente e nós vivemos essa situação, por causa de uma economia insignificante no Orçamento e, com os dados que acabaram de ler, inclusive de uma economia que está indo para encher o lucro de empresas.

Então, esse é o meu depoimento. Eu inclusive tinha pensado naquilo que o Tonhão falou que isso é uma negação de um esforço que o Prefeito tanto alardeia e até acho que S.Exa. acredita que tenta às vezes de seguir a memória de meu avô, mas é o oposto. É o Prefeito que pretende seguir a memória do Mário Covas, passando a boiada como se fosse discípulo do Ricardo Salles. Então, eu acho que esse é o problema.

Quero parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo. Tenho participado de muitas audiências públicas e nenhuma teve uma presença tão grande e variada em termos de partidos e Vereadores. É uma mobilização grande e eu acho que essa é uma questão importante e acho que a gente deve ver, não sei quais são as medidas exatas, mas o Vereador Suplicy acabou de apresentar uma proposta. Tem que ser algo imediato e acho que vai ter que ser a Câmara, a casa do povo de São Paulo, nesse caso, a representar e a garantir os direitos do povo de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, João Moreirão, bom depoimento.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quem falou?

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Aqui é a Natália Chaves, tinha travado, quando V.Exa. me chamou.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Isso, então você fala agora, Natália, eu sei você não estava na hora que eu chamei, vamos, Natália.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Boa noite a todas, todos e todes desta audiência. Meu nome é Natália Chaves, eu sou Covereadora da Bancada Feminista, represento a companheira Silvia Ferraro. Eu não falei no início porque já estava inscrita e a minha fala já estava garantida.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ELISEU GABRIEL – Está falhando, Natália.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Porque temos ido a todos os atos... Eu vou desligar a câmera para melhorar. A minha câmera está ligada?

O SR. ELISEU GABRIEL – Não. Eu só estou vendo só... estava picotando agora sumiu de novo. Natália, consegue falar agora ou quer deixar para daqui a pouco?

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Acho que vai melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Agora melhorou, pode falar.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Já desliguei a câmera. Bom, eu fiz questão de acompanhar audiência e me inscrever para essa fala, porque temos ido a todos os atos chamados por idosos contra a suspensão da gratuidade. E também temos recebido muitos depoimentos de idosos que não tem como continuar seu tratamento de câncer, ou mesmo trabalhar. Nós também fomos ao encontro das pessoas mais vulneráveis em nossas visitas aos territórios e lá estão os idosos e idosas, às vezes, chefes de família que tiveram o direito retirado no momento que estão mais frágeis na pandemia. Eu vejo políticos, não só de esquerda, achando essa suspensão um completo absurdo e não vejo nenhuma movimentação do Prefeito Bruno Covas e do Governador João Doria de reverem as suas decisões, implementadas de forma antidemocrática, sem ouvirem a população e fazendo por meio de decretos e jabutis.

São Paulo gosta de divulgar que é uma cidade moderna, uma cidade amiga dos idosos, e essa decisão vai na contramão a qualquer avanço no bem-estar dessa população e vai contra o Estatuto do Idoso. Essa suspensão é reflexo da reforma da Previdência, que flexibiliza a nossa consciência coletiva de quais deveriam ser os direitos assegurados de idosos, como se os nossos idosos tivessem as mesmas condições de vida dos idosos nórdicos europeus. A Bancada Feminista espera que, depois dessa valorosa audiência, a gente possa avançar na Câmara Municipal para reaver os direitos das pessoas que construíram essa Cidade e esse País e merecem mais respeito de seus representantes. Aos idosos e movimentos presentes quero dizer que podem contar com a Bancada Feminista e aos Parlamentares e autoridades também coloca a Bancada Feminista à disposição para fazermos o que é melhor para os cidadãos paulistanos. Boa noite e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom. Vamos então a próximo inscrito, Vanusa da Costa Brito, uma estudante. (Pausa) Vamos para o próximo, Arlindo dos Santos, do Ipiranga. (Pausa) Arlindo também não, é difícil, *on-line* é difícil. Antônio Pedro dos Santos, que é da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA (TONHÃO) – Eu já falei, Eliseu, no início.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está certo, Tonhão. Luzia Maria Honorato, do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. (Pausa) Olavo de Almeida Soares, da Associação Nosso Sonho. (Pausa) Será que as pessoas estão me ouvindo bem? Estão me ouvindo, né? Alex Albuquerque, do Consabeja, Conselho de Entidades das Associações Sociais.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Boa noite, Vereador. Boa noite a todos. Na pessoa do Vereador Eliseu, quero cumprimentar todos os Vereadores; e, na pessoa do Tonhão, quero cumprimentar a sociedade civil, que tem se mobilizado muito nessa questão dos idosos, que são os mais penalizados nessa situação. Foi algo muito surpreendente essa ação que aconteceu no final do ano. Aparentemente, foi um combinado entre o Estado com o Município para promover essa situação vergonhosa com os nossos idosos.

Quero colocar a situação da seguinte forma: muitos dizem que foi um “jabuti”. Eu acredito que não, acredito que foi uma cobra. Essa foi uma situação muito complicada, então esse bichinho é uma cobra, não um jabuti. Jabuti é bonitinho, anda devagar, a gente o percebe chegando. Agora, a cobra não: ela é sorrateira, chega rastejando e pega no calcanhar. E foi pelo calcanhar que ela pegou o povo, no seu calcanhar de Aquiles, num momento de muita dificuldade.

Como foi falado até por algumas autoridades e pessoas da sociedade civil, esse idoso acaba sendo arrimo de família, tendo ele uma renda efetiva ou não. Muitas vezes, o idoso tem uma renda efetiva; outras vezes, é um informal, mas a pessoa que mais ganha dentro da família, é o mais ativo, buscando o alimento para a família, a condição de moradia. Então, em virtude dessa situação que foi gerada, podemos dizer que mais de 30% da renda serão gastos com passagens de ônibus. Essa situação é muito ruim mesmo.

Gostaria de fazer um apelo, e acho que esta audiência pública veio muito a calhar. Vi que há muitos Vereadores que entraram com projetos de lei para tentar reverter essa lei da maldade. A sugestão que eu colocaria, Vereador Eliseu, é que os Vereadores que têm esses projetos, se possível, que dialogassem entre si para fazer um projeto único dos Vereadores para que, assim, esse projeto possa ter mais força ainda dentro da Câmara. E, depois que esse projeto fosse apresentado – aí, não estou colocando uma tarefa -, que o Vereador conseguisse uma nova audiência pública para que pudesse ser apresentada nessa audiência uma proposta de um projeto de lei que viesse a alterar na Câmara essa lei da maldade. Não sei se isso será possível, mas acho que vai depender do diálogo e da articulação entre os Srs. Vereadores que haja esse tipo de ação.

Por mais que a Câmara esteja avançando, a sociedade civil jamais aceitará e continua sem aceitar isso. Infelizmente, estamos num contexto de pandemia, e na pandemia não conseguimos fazer as nossas manifestações. Se os Srs. Vereadores conseguirem fazer esse projeto como coautores, e se esse projeto ganhar mais força, podem contar conosco da sociedade civil, da Consabeja e de outras entidades que poderão fortalecer o trabalho dos

senhores.

Mais uma vez, parablenzo o trabalho de todos vocês nesta audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Alex Albuquerque, da Consabeja, pelas suas colocações. Próximo inscrito, José da Rocha Guilherme do *Jornal da Gente*, do Alto da Lapa (Pausa). Ausente. O próximo inscrito é Fabrício Fonseca da Silva, participante do FF Esportes. (Pausa) José André de Araújo, do MRFU- Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização, filiado à FACESP. (Pausa) Próxima, Sônia Coelho, participante da Marcha Mundial das Mulheres. (Pausa) Próxima, Sra. Rosina Conceição, participante da Unegro.

A SRA. ROSINA CONCEIÇÃO – Boa noite, Vereador Eliseu Gabriel e todos os presentes, Vereadores e Vereadoras, nesta que tem sido uma das nossas maiores tarefas nos últimos dias. Sou Rosina, da União de Negros e Negras pela Igualdade – UNEGRO; também assessora da Deputada Leci Brandão e membro desse movimento que visa a cuidar de pessoas de 60 a mais.

Quero dizer que, primeiramente, essa audiência pública, por si só, já é uma vitória para que consigamos falar de forma mais amplificada para a população. Porque a população em geral, até por conta da pandemia, não tem conhecimento do que está acontecendo. Essas coisas acontecem, e o idoso, o aposentado só vai perceber que não tem mais o benefício quando da utilização do transporte. Então, essa audiência vai, com certeza, servir como outro canal de diálogo com a população.

É muito importante o que o companheiro dos metroviários disse: que devemos ter unidade. Por meio da visita aos Vereadores e também à Assembleia Legislativa, pude constatar que vários parlamentares, mesmo sendo da base do Governo – municipal ou estadual -, estão indignados com essa retirada de direitos. Estamos falando de um direito adquirido e que foi retirado, e não só na cidade de São Paulo, mas no Estado todo. Então, quero dizer, em nome do mandato da Deputada Leci Brandão, que essa mesma audiência nós

iremos fazer na Assembleia Legislativa, porque se faz necessário falarmos para o povo de todo o Estado de São Paulo para que recuperemos um direito fundamental, que foi tirado, mas que está garantido pela nossa Constituição, que é o direito ao transporte público, o direito de ir e vir.

Num momento de pandemia, em que as pessoas já estão vivendo uma crise sanitária além da crise econômica, ocorre a retirada desse direito de uma população que muito trabalhou e já contribuiu para o crescimento da Cidade e do Estado. Eu considero essa retirada de direito, na verdade, um crime para com essa população, que é a que mais precisa. Eu tenho, na minha família, 3 mulheres negras, 3 trabalhadoras que estão hoje aposentadas e que vivem no máximo com 1 salário-mínimo cada uma, cujas rendas serão muito afetadas com a necessidade de ter que pagar o transporte coletivo, seja para ir ao médico, seja para ir a compras *etc.* Estamos falando de direito! Essa retirada é, de fato, algo desumano para com a população idosa e aposentada, principalmente neste momento de crise em que vivemos. Assim, esta audiência é importante para que venhamos a reunir forças e unidade em torno de vários partidos para o bem de uma população que não pode ser novamente atingida por essa medida.

Fica aqui, como bem disse o Tonhão, uma mensagem para o nosso Prefeito e para o Governador: se estamos falando de democracia, não podemos retirar principalmente aquilo que foi adquirido por uma parcela importante da nossa população. E quero dizer, Vereador, que a maioria dessa população é composta de mulheres, que são chefes de família, são arrimo de família. Esses aposentados e idosos hoje sustentam essas famílias. A maioria dessa população é de mulheres negras e pobres que estão na base da pirâmide.

Então, ainda a retirada desse direito adquirido afeta significativamente a vida dessas mulheres. Estamos falando de famílias hoje que estão morando em situação de rua, não é porque querem, mas porque a crise econômica do nosso país afeta diretamente a população mais pobre e a população negra do nosso país.

Eu quero deixar a nossa contribuição, o mandato da Deputada Leci Brandão à

disposição. Estamos fazendo esse movimento porque - como o senhor sabe – a Mesa Diretora assumiu no dia 15 de março, vai se compor a nova Comissão de Idosos, portanto, vamos procurar essa comissão para também realizar uma audiência pública, espero que da mesma magnitude que esta, para que juntos tenhamos força para reverter esse quadro. Quando a população se movimenta, se organiza, pressiona o governo, com certeza ele tende a ouvir o povo e é isso que temos de fazer.

E à luta, vamos à mudança por mais vacina, por mais democracia e auxílio emergencial já.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Rosina. Legal, muito bom. Manda um grande abraço para a Leci, uma grande deputada, e todo apoio a sua audiência pública. As entidades que estão participando desta, certamente estarão juntas.

A SRA. ROSINA CONCEIÇÃO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – E mande um abraço para ela, não esqueça.

A próxima a falar é Maria do Carmo Guido, que tem uma apresentação a fazer.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO - Estou aqui. Boa noite, Vereador Eliseu, conduzindo muito bem essa Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Boa noite aos demais Vereadores presentes, com os quais nós do Coletivo Direitos da Pessoa Idosa estamos mantendo profícuas interlocuções. Eu represento o Coletivo, criado imediatamente após esse veto do Prefeito e do Governador e conseguimos representar mais de 60 movimentos sociais, parlamentares, representações da sociedade civil em torno dessa luta.

Muitos dados importantes já foram apresentados. Sou socióloga, pesquisadora e quero trazer, rapidinho, alguns dados de pesquisas que acabaram de lançar pelo Dieese e pelo Sesc, Fundação Perseu Abramo, sobre a situação do idoso. É importante desmistificar essa questão de que o idoso de 60 a 64 anos é um velhinho aposentado. Não, essa faixa etária

representa 851 mil munícipes em São Paulo. São 851 mil habitantes nessa faixa etária e perderam esse direito e, dentro dessa faixa, mais de 60% são trabalhadores informais, cuja média salarial está entre 1.600 e 1.800 reais, portanto, já foi dito também que pagar a passagem representa 30% da receita dessas pessoas.

Também a Rosina acabou de falar, e outros, a receita do idoso, atualmente, neste momento de desemprego, pandemia etc. contribui com mais de 50% da receita dos domicílios brasileiros. Rosina falou, 60% dos lares brasileiros são sustentados por mulheres na faixa etária de 60+, sustentam os filhos desempregados, mulher-solo etc. Por isso o retorno da gratuidade é de fundamental importância para essa população.

Outro ponto que gostaria de deixar, Vereador, é que eu participo de muitos coletivos que tratam da saúde do idoso e da saúde de um modo geral, o programa de imunização prevê até 60 anos, caso essa gratuidade não seja revertida, isso pode comprometer o programa de imunização.

O João mencionou muito bem que as pessoas não têm nem gás para cozinhar, se não têm comida, como vão ter recursos para pagar um transporte para chegar aos postos de vacinação. As pessoas não vão ser vacinadas. Por isso é urgente juntar esforços, nós, a sociedade civil, os idosos e toda a Câmara Municipal para revertermos rapidamente esse veto.

Nós, do Coletivo pelos Direitos da Pessoa Idosa, nos colocamos à disposição da população, à disposição dos Vereadores, muitos dos quais já falei, temos tido importantes interlocuções com nosso movimento e vamos trabalhar juntos para rapidamente reverter esse veto.

Muito obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, Maria do Carmo Guido, que é do Coletivo Direitos da Pessoa Idosa. Muito importante as suas informações, muito importantes mesmo.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Chamo a Delia Catullo Goldfarb, do

Coletivo das Pessoas Idosas.

A SRA. DELIA CATULLO GOLDFARB - Estou aqui. Boa noite. É um prazer estar com vocês nessa luta incrível. Estou muito emocionada com todo esse movimento e quero tomar um minuto da atenção de vocês para chamar atenção sobre um aspecto que é a articulação da saúde mental... (Falha na transmissão.)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Peço que desliguem o microfone, por favor. Delia, pode continuar.

- Discurso em língua estrangeira.

A SRA. DELIA CATULLO GOLDFARB – Quero chamar atenção para a questão da saúde mental e transporte, porque entre muitos fatores que determinam a saúde mental dos idosos está o fato de se manter com independência, autonomia e em rede social para evitar o isolamento. E têm de se manter em atividade nessa situação o maior tempo possível, isso inclui ter poder de decisão como sujeito, como cidadão e ter acesso aos serviços e para isso é necessário exercer o direito de mobilidade e não é só por uma questão de saúde, não é só durante a pandemia. É sempre e para tudo, para ir ao posto, para ir para a praça fazer yoga ou no núcleo de convivência para encontrar os amigos, para ir ao mercado, à farmácia, ao cinema, para ir ao baile, é necessário ter ônibus.

A falta de mobilidade provoca isolamento. O isolamento provoca depressão. A depressão pode provocar perdas cognitivas e nós pensamos que é muito menos oneroso para os cofres públicos oferecer transporte gratuito para a população - e eu digo para toda a população - do que pagar pelas nefastas consequências que a falta de mobilidade provoca. Até para exercer o trabalho dentro do território, como os cuidados para a pessoa idosa, é necessário ter ônibus, porque os territórios são enormes, não dá para ir a pé a todos os lugares. Não temos um posto na esquina sempre, até nos dar mais.

Então ter ou não ter um meio de transporte para sair do quarto isolado pode ser a diferença entre a felicidade, o bem-estar e a angústia que vai levar a doenças, que têm de ser tratadas. O acesso ao transporte pode fazer a diferença entre uma vida de isolamento, de

deterioração, de doença e uma vida com uma qualidade que faça valer a pena viver.

É só isso que queria falar. Agradeço muito a oportunidade. Não esqueçamos que, na nossa cultura, mobilidade é um fator fundamental para saúde mental.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, Delia. A próxima inscrita é Suelma Inês Alves de Deus, do Coletivo Direito da Pessoa Idosa. Com a palavra.

A SRA. SUELMA INÊS ALVES DE DEUS – Boa noite. Boa noite a todos os Vereadores presentes. Já fui apresentada, também sou do coletivo e dessas outras entidades: GERESS e Soweto Organização Negra.

A minha fala é em relação aos dados das pesquisas realizadas pelo IBGE, pelo Afro-Cebrap, entre outras, que trazem a desigualdade racial e social entre os idosos.

Então, só para reafirmar o que já foi falado também, que distritos com maior proporção de pessoas idosas, de 60 a 64 anos, pretas e pardas, são os periféricos. Por exemplo, o Grajaú tem mais de 12 mil pretos e pardos. Outros distritos como o Jardim Ângela, Sapopemba são sempre periféricos. Grande parte desses residentes possui baixa escolaridade, trabalha em serviços informais, sem registro em carteira e, portanto, sem vale-transporte. Como já foi dito, há um foco dessas pessoas, geralmente mulheres negras e poucos homens negros, que conseguem chegar aos 60 anos, e os que conseguem foram atendidos por essa medida. Elas também utilizam o transporte público para locomoção dentro do bairro de periferia, geralmente com muitas ladeiras e com ruas sem asfalto e com buracos, que, em dias chuvosos, tornam a locomoção perigosa.

Nós sabemos que a covid está sendo mais mortífera entre as pessoas negras do que entre as brancas, e a gratuidade no transporte será um facilitador para as pessoas se locomoverem para tomar as vacinas. Por isso, a gratuidade é mais um aliado para salvar vidas.

Obrigada e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Selma.

Já são 20h10 e há um monte de pessoas inscritas para falar. Não vai dar para todo mundo falar, porque nós vamos parar às 20h30 em ponto e vamos conversar por mais dez

minutos para discutir os encaminhamentos. Então, quem não puder falar até às 20h30, paciência, mas certamente haverá outras audiências.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA (TONHÃO) – Vereador Eliseu, com licença.

Para que todos possam falar, eu sugiro que o tempo de fala caia para dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Mesmo assim, não daria, Tonhão.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Quantos faltam?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos fazer o seguinte...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Dividam 20 minutos pela quantidade de pessoas que faltam falar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Faltam 50 pessoas.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Na verdade, faltam mais, porque a outra lista em nem peguei. Então, faltam 70 pessoas. Mas isso é um ótimo sinal e significa que nós temos que parabenizar o Tonhão, o Natal e a Lidia pela pressão que estão fazendo. Modéstia à parte, nós da Câmara também estamos fazendo a nossa parte.

O SR. KAKÁ SILVA – Posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pode, Kaká.

O SR. KAKÁ SILVA – Como eu não sei se eu vou ter tempo de falar, eu sugiro que, para as pessoas que não conseguirem falar, que alguém da organização deixe um endereço de *e-mail* para que encaminhem por escrito as suas observações, e que essas sejam consideradas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Boa ideia. O Rafael e o Fabio estão presentes? Quem das Comissões está presente?

O SR. RAFAEL – Eu estou presente, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ótimo. Rafael, depois você pode informar o seu *e-mail*? Ou talvez poderiam enviar para o *e-mail* da Comissão. O que você acha?

O SR. RAFAEL – Eu vou colocar no *chat* o *e-mail* da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ótimo. Então, o Rafael vai colocar no *chat* o *e-mail* da Comissão de Educação ou da Comissão de Transporte. Pode ser o da Educação.

O SR. RAFAEL – Eu vou colocar no da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Então, fica centrado no da Comissão da Educação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Presidente Eliseu Gabriel, uma breve sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pois não.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Que possam todos os Vereadores e participantes desta reunião assinarem uma manifestação ao Presidente Milton Leite solicitando que sejam colocados, na pauta da primeira semana de abril, os projetos de lei referentes à volta da gratuidade para os passageiros de 60 anos ou mais. Se V.Exa. achar boa essa sugestão, eu encaminharei agora para o seu *e-mail* e, assim, todos os que estão presentes poderão assinar, contando o extraordinário comparecimento que houve nesta noite para praticamente um consenso, uma unanimidade de todos os Vereadores e todos os que compareceram resolverem pedir que seja colocada na pauta da Câmara Municipal de São Paulo o quanto antes, se possível logo após a Semana Santa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu acho uma ótima sugestão a do Vereador Supply.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Presidente, eu acho importante todo mundo falar, mas eu acho que todos, os Vereadores e os participantes, já estão muito convencidos. Eu acho que o mais importante é nós pegarmos o final e darmos um encaminhamento. Eu concordo com a sugestão do Vereador Supply, mas eu acho que nós também temos que pedir ao Presidente Milton Leite uma interlocução com o Governo. Porque também não adianta só colocar na pauta, tem que abrir um diálogo com o Governo, para que ele finalize para todas as suas Bancadas ou o projeto de todos os Vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Não está dando para ouvir, Vereador Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Eu acho importante abrir um diálogo como Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu acho que, de certo modo, o que o Vereador Suplicy está sugerindo é mais ou menos isto: nós apresentamos uma manifestação do conjunto da audiência, que inclui um pedido de negociação. Na verdade, eu acho que é quase a mesma coisa, mas eu acho que faz sentido tanto a proposta do Vereador Suplicy como a complementação do Vereador Vespoli.

Está bom assim?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu considero ambas boas. Eu vou colocar no texto a soma de ambas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O.k. Então, eu vou abrir a palavra para mais algumas pessoas e, quando chegarmos às 20h30, nós paramos e buscamos os encaminhamentos.

O Rafael, assessor da Comissão de Educação – não sei quanto ao Fabio, assessor da Comissão de Transporte –, vai colocar o *e-mail*.

O SR. RAFAEL – Já coloquei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está no *chat* o endereço de *e-mail* da Comissão de Educação para que todas as pessoas que não conseguirem falar, mandarem sua manifestação, sua pergunta ou seu comentário.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Eu gostaria de fazer uma intervenção para dizer que grande parte do sucesso desta audiência se deve ao Coletivo Defesa da Pessoa Idosa, que tem uma penetração muito grande e trabalha juntamente com a Catraca Livre. Então, grande parte foi a nossa mobilização que trouxe muitas pessoas. Eu gostaria que o Vereador anotasse isso. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Você tem toda razão, Maria do Carmo.

Isso tem que ser reconhecido mesmo. Inclusive, nós paramos de aceitar inscrições; senão ia ter umas 500.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Presidente, em vez de escrever por *e-mail*, eu já estou escrevendo para o Presidente Milton Leite via *chat*, para que então, daqui a pouco, possa ser colocado para votação para todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Correto, beleza. Então, eu acho que entre 15 e 20 minutos será possível fazer isso, não é, Vereador?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Coloca no *chat*, e nós perguntamos aqui quem é a favor, quem é contra.

Vamos continuar para dar mais oportunidades de falar.

Tem a palavra a Sra. Geralda Marfisa, participante do Conselho Gestor de Saúde.

Está presente?

A SRA. GERALDA MARFISA – Presente. Eu sou Geralda, do Conselho Gestor de Saúde de Cidade Tiradentes, da Aliança Pró-Saúde da População Negra e sou do Coletivo Idosos. Nós hoje estamos aqui pela gratuidade, contra esse retrocesso que tivemos do com a retirada do bilhete para as pessoas a partir de 60, que foi um tiro certo que nós recebemos. Esse foi certo, de caso pensado do Governador e do Prefeito Bruno Covas, porque foi logo após a eleição. Primeiro ele pega os votos dos idosos, vai atrás de votos na comunidade, e depois faz essa traição com os idosos, tirando o bilhete. Então, isso é uma traição muito grande. Estamos vendo o quanto esses idosos estão sofrendo. Nós, idosos, porque eu sou uma idosa.

Esses idosos, como foi falado aqui, são chefes de família e são os que levam as crianças às escolas porque os pais trabalham. Eles é que tomam conta da casa e cuidam da família. Então, isso está afetando a saúde mental dos idosos. Muitos não têm dinheiro nem para se alimentar direito. O bilhete é importantíssimo.

Então, isso é uma traição do Bruno Covas e do Doria. Isso também vai ter

repercussão lá na frente porque muitos deles saem para votar e a eleição é no ano que vem. Eles vão precisar desse bilhete para votar e não vai ter esse bilhete. Esse vai ser o retorno que esses idosos vão dar para os dois.

Então, deixo aqui o meu repúdio como representante da comunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Geralda.

Bruno Nascimento com a palavra. (Pausa). Bruno Nascimento não está presente.

A seguinte é Vera Lúcia Mariano da Silva. Pediu para Nadir Francisco do Amaral.

O SR. NADIR FRANCISCO DO AMARAL – Boa noite a todos e todas.

Estou como Conselheiro Municipal de Saúde, segmento de usuários de patologias, e coordeno a Comissão de Saúde da População Idosa no Conselho Municipal de Saúde.

Não vou ser redundante. Concordo com tudo o que foi falado. É isso mesmo. Repudiamos esse ato desumano que foi feito tanto pela Prefeitura como pelo Estado. Nós precisamos. A saúde não é ausência de doença, é um composto para termos saúde. O País envelhecer e tão desigual é muito ruim para todos. É isso o que tenho para falar. Somos solidários e participamos também com vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

Francisco Freitas, participante da Facesp.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Boa noite, Vereador. É uma grande satisfação estarmos neste momento importante da vida da nossa Cidade. Cumprimento o Vereador Suplicy e todos os Vereadores que passaram por esta audiência pública. É uma audiência muita representativa.

Nós, do Grupo dos 60+, com todo nosso trabalho, nosso esforço em uma grande frente conseguimos colocar mais de 200 entidades da sociedade civil da cidade de São Paulo – isso é muito importante – e muitas dessas entidades se inscreveram para esta audiência pública de forma que estão presentes muito do nosso pessoal.

Vereador, a gente precisava fazer algumas coisas além do retorno da gratuidade, fazer uma devassa nas contas do sistema de transporte. É preciso que seja feita uma devassa, uma auditoria. Não é possível que tanto o Executivo quanto os donos das empresas de transporte digam que para resolver o problema do transporte precisariam de oito bilhões, ou seja, a catraca recolhe cinco bilhões e mais três bilhões seriam de subsídio para pagar as passagens da pessoa idosa. Isso é uma brutalidade muito grande e essas contas devem ser rigorosamente investigadas.

Queria pedir desculpas por ter feito aquela interferência na fala da Selma porque defendemos a tarifa zero para o estudante. Naturalmente, jamais vou propor nem aqui e nem no céu – que também já sou idoso – que venha a se negociar em qualquer situação 50% de transporte. Isso não existe. Temos de lutar por gratuidade das passagens. Isso é fundamental.

Quero somar a proposta do Vereador Suplicy com a do Vereador Toninho Vespoli e, além disso, buscarmos os outros Vereadores. Muitos Vereadores se queixam que o jabuti passou e depois eles se espantaram. Então, esse é o momento de recompormos todo esse processo, buscarmos no Colégio de Líderes fazer esse debate e tentar trazer todas as bancadas e, então, como o Toninho Vespoli falou, buscar uma interlocução com o Prefeito e Prefeito se demover dessa ideia, que é uma questão política. Não importa o que o Tribunal ou as decisões que foram tomadas. Tomaram. Tomam-se decisões baseadas em documentos.

Agora, a sociedade civil organizada está pressionando e estamos sentindo a receptividade dos Vereadores de diversas matrizes ideológicas e é isso que consideramos frente. Frente é isso.

Então, queria parabenizar, Gabriel, pela sua dedicação sempre solícito, o Suplicy, a Juliana Cardoso também que faz parte do nosso grupo e muitos Vereadores que estão se somando. Veio agora o Eli Corrêa, os Vereadores do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A Cris Monteiro, a Sonaira.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Então, isto aqui é uma diversidade. Precisamos pensar em vários sentidos porque poderemos canalizar esta luta quando terminar esse

processo para já continuarmos a questão da vacina. Nós queremos vacina para toda a população, principalmente começando a imunização pelas áreas periféricas onde se morre mais e onde tem mais gente contaminada.

Agradeço. A Facesp, Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo, está dando a sua honrosa contribuição e vamos continuar firmes até conseguirmos esta conquista.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, Francisco Freitas.

Márcia Perrone está presente? (Pausa) Não. Edmundo Picasso Prado. (Pausa) Cláudia Alencar. (Pausa) Lídia Lopes. (Pausa) Hector da Silva Batista. (Pausa) Paulo Gomes Kumbo, Associação Migrantes pela Integração Comunitária de São Paulo.

Paulo será o último a falar e depois temos o que combinamos. O *e-mail* está no *chat* e as pessoas anotam e mandam as mensagens que vamos depois sistematizar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, já enviei o esboço de carta. Está pronto e pode ler ao final antes de acabar a reunião.

- Discurso em língua estrangeira. Transcrição prejudicada em alguns trechos.

O SR. PAULO GOMES KUMBO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, boa noite.

Sou Paulo e estou aqui para apresentar a Associação dos Migrantes. Vou falar sobre transporte porque tem muitas *mamás* de 65 anos, 60 anos que moram na Rua Voluntário da Pátria, 663. É uma ocupação. Elas não têm condições na parte financeira, porque não recebem os benefícios. Eu tentei lutar pelo benefício da LOAS, mas como não trabalham no Brasil não consegui pegar esse valor de LOAS. É um salário-mínimo para idoso. Depois, vem e cortam mais o transporte que facilitam as *mamás* que tem pouco tempo para viver neste mundo, porque, daqui a pouco, elas vão morrer. Então, o pouco tempo que têm em vida..., por que o Governo brasileiro pode fazer uma coisa dessas com uma pessoa que não tem mais uma vida longa? Cortam... dá mais problema na cabeça deles...

Então, é por isso que eu venho falar sobre esses refugiados, esses migrantes sobre o problema de transporte. Além disso, temos vários problemas naquela ocupação. O Sr. Suplicy sabe disso muito bem. Nós temos muitos problemas. Os refugiados que moram na ocupação não têm condições financeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Paulo Gomes. Um depoimento muito importante. Parabéns.

Vereador Suplicy, eu vou entrar, agora, no *chat*... O Vereador Suplicy fará a leitura, porque eu não estou achando aqui. Então, por favor, Vereador Suplicy, faça a leitura e colocaremos em votação – uma votação meio informal, mas votaremos.

O Vereador Suplicy, então, tem a palavra e fará uma leitura que inclui a proposta do Vereador Vespoli, a dele e a nossa também, de todos os Vereadores.

Vereador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – “Caro Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite. Em reunião realizada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Saúde e de Transportes sobre a gratuidade do transporte público em São Paulo para as pessoas de 60 anos ou mais, além do comparecimento de 15 Vereadores”, esse número, depois, alguém poderá verificar, “e de mais de 100 cidadãos...”

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Mais de 200, Vereador Suplicy. Mais de 200.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Corrijam aí, depois, por favor. “...sobretudo, representantes de dezenas de entidades sindicais e de idosos, houve um consenso muito forte em favor de que seja novamente colocado em pauta da Câmara Municipal projeto de lei ou projeto de decreto legislativo que venha a restituir a gratuidade para os idosos. Que o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo possa propor um diálogo de todas essas entidades com a Prefeitura Municipal de São Paulo e que possa ser colocado na pauta, da Câmara Municipal, no mês de abril o referido projeto”.

Podemos aperfeiçoar, Presidente Eliseu, mas a ideia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está muito bom, Vereador. Está muito bom. Eu acho que podemos falar que é mais de uma centena de entidades, porque tem um monte.

A SRA. LIDIA CORREA – São mais de 200 entidades. Duzentas e quinze entidades.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador Suplicy, anote aí que são 215 entidades, apenas de pessoas. Só inscritos, tínhamos mais de 150. Imaginem quantas pessoas.

Então, eu vou colocar em votação simbólica, só para dizermos que todos votaram. Então, os membros presentes aqui, em nossa audiência pública, que estiverem de acordo com esse texto lido pelo Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovado. Então, aprovamos. Vamos bater palmas. (Pausa)

Então, eu combinarei com a pessoa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em que eu sou Presidente; Comissão de Trânsito e Transporte, presidida pelo Vereador Senival Moura; e as Assessorias para sistematizarmos, passarmos a limpo esse documento que o Vereador Suplicy leu e vamos oficialmente preparar a entrega para o Vereador Milton Leite.

A SRA. LIDIA CORREA – Vereador Eliseu, Vereador Suplicy e demais Vereadores presentes, eu queria reiterar uma solicitação ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e ao Secretário Municipal de Transportes, em nome das Comissões da Câmara, uma audiência com o nosso movimento para tratarmos da questão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Poderíamos fazer uma... É que uma audiência pública pode ser um processo democrático demorado.

Lidia, talvez que o Prefeito ou o Secretário de Governo, da Casa Civil, recebesse uma comissão formada pelas entidades e por alguns Vereadores. Se pudessemos formar uma comissão, eu acho que ficaria mais rápido.

A SRA. LIDIA CORREA – É fundamental que eles tomem conhecimento, que recebam o material e saibam desse movimento – se ainda não sabem, é importante que saibam -, e do movimento que está sendo feito na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sim. Eu acho que esse manifesto..., podemos mandar uma cópia desse manifesto para a Prefeitura, para o Secretário da Casa Civil e para todos os secretários. Uma cópia para todos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Isso. Até eles se lembrarem de que todos os Vereadores...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. LIDIA CORREA – Com o Secretário Tripoli, que eu acho que é o Secretário de Governo, acho que isso pode ser agendado rápido. Não há motivo e não há nenhuma razão para eles não marcarem uma audiência. Até porque Vereadores, Comissão de Transporte, Comissão de Educação estão solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos buscar, vamos buscar. Eu acho que uma coisa boa seria falar com o Ricardo Tripoli, que é o Secretário da Casa Civil. Poderíamos tentar... Amanhã poderíamos conversar eu, Suplicy e talvez mais alguns Vereadores para vermos como podemos fazer essa chegada.

Primeiro, esse documento que foi aprovado, amanhã mesmo eu peço, então, para que o Rafael, o Fábio, o pessoal das Comissões, conversemos para concretizarmos esse documento escrito, para, então, possamos encaminhá-lo ao Presidente da Câmara com cópia àquelas autoridades que nós falamos. Em seguida, eu acho que o Suplicy, eu e mais alguns Vereadores poderíamos tentar ver se eles recebem uma comissão formada por alguma dessas entidades e alguns Vereadores. Está bom?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Ótimo. Está sintetizado, nas duas últimas linhas, que o Presidente da Câmara Municipal possa propor um diálogo de todas essas entidades com a Prefeitura, para ser colocado em pauta.

Então, está aprovado o sentido dessa sugestão que a senhora falou.

O SR. ELI CORRÊA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok. Agora nós vamos ter de encerrar a nossa reunião. Muita gente já saiu. As pessoas que não puderam falar – e foram mais de 70 pessoas que não puderam falar e que estavam inscritas -...

O SR. ELI CORRÊA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pode falar, Vereador Eli Corrêa.

O SR. ELI CORRÊA – Presidente, só para dizer o seguinte, que representando uma grande parcela, uma grande parte de minha audiência, que é idosa, eu estou pronto também para me associar a todos e discutir esse assunto tão importante para as pessoas com mais de 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, muito bom, Vereador. Parabéns.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Presidente, aqui é Marly, do Grande Conselho Municipal do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pode falar, Marly.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Isso. Não vamos nos esquecer de colocar os Vereadores membros da Comissão de Idosos, porque o Vereador Alfredinho já falou para colocá-los, aí, na frente mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu acho que é uma boa lembrança no texto, Vereador, de se colocar todos os membros: Vereadores Alfredinho, Eli e Arnaldo Faria de Sá. O Arnaldo é uma figura importante também. Eu acho que é isso, Vereador Suplicy e todos aí.

Meus amigos, eu acho que foi uma grande audiência pública, muito positiva. Parabéns às pessoas do Conselho da Pessoa Idosa e de várias entidades que tiveram uma participação direta nisso. Eu queria dar os parabéns, também, em especial para a Lídia, para o Tonhão, para o Natal Leo. Inclusive, em memória do Plínio, que esteve no começo da mobilização, uma lembrança, uma homenagem a ele, e a todos os demais, à Marly, a todos

que participaram. Eu não vou citar o nome de todos que participaram, porque ficarei mais de meia hora citando. E estamos aí, parabéns a todos pela dedicação e nós temos de ter fé e força e organização, que eu acho que vamos conseguir virar esse jogo.

Então, muito obrigado a todos e a todas.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
